



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ANNA CARLA SILVA DE QUEIROZ



**ACESSO E MEMÓRIA: A INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS DAS
ARQUIDIOCESES DA PARAÍBA E DE OLINDA/RECIFE**



João Pessoa – PB
2011

ANNA CARLA SILVA DE QUEIROZ

**ACESSO E MEMÓRIA: A INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS DAS
ARQUIDIOCESES DA PARAÍBA E DE OLINDA/RECIFE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação da Universidade Federal da Paraíba
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Mestre em Ciência da Informação.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Marcos Galindo Lima

João Pessoa – PB
2011

Q 677a Queiroz, Anna Carla Silva de.

Acesso e memória: a informação nos arquivos das arquidioceses da Paraíba e de Olinda/Recife/ Anna Carla Queiroz – João Pessoa, 2011.

103f.

Orientador: Dr. Marcos Galindo Lima.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação – PPGCI/UFPB)

1. Arquivos eclesiásticos 2. Ciência da Informação 3. Acesso 4. Memória. I. Título.

CDU 651.33

ANNA CARLA SILVA DE QUEIROZ

**ACESSO E MEMÓRIA: A INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS DAS
ARQUIDIOCESES DA PARAÍBA E DE OLINDA/RECIFE**

Aprovada em: 12 de Abril de 2011

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Galindo Lima (PPGCI-UEPB)
Orientador

Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto (PPGCI-UEPB)
Examinador

Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo (UEPB)
Examinador

*"Os arquivos não são de maneira alguma
cemitérios de documentos velhos e
esquecidos".*

(H. L. White)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os que, direta ou indiretamente, me ajudaram na árdua tarefa de construção desse trabalho.

Agradeço ao Prof. Dr. **Marcos Galindo**, meu orientador, que, embora estivesse desempenhando inúmeras funções, aceitou prontamente esse desafio e soube romper as barreiras territoriais com competência e extrema paciência, direcionando-me a traçar os melhores caminhos para a pesquisa;

A todos os professores do Mestrado, pois, cada um, dentro de sua área, estimulou a construção e solidificação do lastro teórico e metodológico de nosso trabalho. Foram eles: Dr. **Gustavo Freire**, Dr.^a. **Bernardina Juvenal**, Dr.^a. **Isa Freire**, Dr.^a. **Miriam Aquino** e o Prof. Dr. **Carlos Xavier** e seus famosos e divertidos puxões de orelha;

Ao arcebispo da Paraíba, Dom **Aldo Pagotto**, e a Dom **Fernando Saburido**, arcebispo de Olinda/Recife, por terem compreendido o valor da pesquisa e autorizado sua realização nos arquivos das respectivas arquidioceses;

Agradeço, em especial, à Chanceler **Geralda do Amaral** e ao notário **Ricardo Veloso Grisi**, funcionários da Cúria Metropolitana da Arquidiocese da Paraíba, e às Senhoras **Josefa Bezerra da Silva** e **Walderez Ribeiro de Freitas Lins**, funcionárias da Arquidiocese de Olinda/Recife, facilitadoras da pesquisa, sem as quais o trabalho não seria concretizado;

A **Antônio Araújo**, secretário do PPGCI, pelo carinho, pela presteza e pela alegria em nos atender sempre;

Destaco também a grande ajuda dos meus professores do curso de arquivologia da UEPB, tanto na revisão do texto quanto na indicação de outras leituras, a saber: **José Washington de Medeiros**, **Josemar Henrique de Melo**, **Mara Cordeiro**, **Gabriela Garcia**, **Esmeralda Porfírio** e **Jimmy Léllis**;

Saúdo a todos os meus colegas do Curso, em particular, a **Ana Andréa**, **André Anderson**, **Briggida Rosely**, **Denysson Axel**, **Josélia Maria** e **Tahis Virgínia**, pessoas queridas, que tive o prazer de conhecer e com quem compartilhei minha amizade;

Aos amigos e colegas de trabalho, que souberam compreender e respeitar minha ausência, nesse momento de evolução intelectual, em especial, **Edezilda Sales**, **Vivaldo Valeriano**, **Ana Paula Xavier**, **Ana Isabel** e **Marília Ferreira**.

Por fim, agradeço pelo apoio constante e incondicional dos meus pais, **João e Eunice Queiroz**, que souberam me suportar nos momentos de alto *stress* e chatices, bem como ao grande amor de minha vida, **Paulo Henrique**, esposo e historiador, fonte de inspiração, motivação e orientação na trilha de novos caminhos.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo principal realizar um estudo comparativo entre os arquivos das arquidioceses da Paraíba e de Olinda/Recife, no tocante aos processos de acesso à informação e construção da memória. Sua importância deriva de um riquíssimo volume de massa documental, uma vez que a Igreja Católica, em períodos anteriores à Proclamação da República (1889), produzia registros de nascimento, de batismo, patrimoniais, entre outros. Nesse amplo período da história do Brasil, vigorava o regime de padroado, em que a Igreja era atrelada ao Estado e produzia e acumulava uma vasta produção cultural, social, econômica e política, o que resultava, do ponto de vista arquivístico, numa confluência de informações civis e eclesiásticas. A metodologia empregada consistiu num diagnóstico dos arquivos, a partir das recomendações do CONARQ, enfocando as tipologias documentais e os tipos de suporte; estrutura física, projetos e coordenação das atividades; regulamento interno; orçamento; catalogação; acessibilidade e recursos humanos. O levantamento de dados foi realizado a partir da aplicação de questionário estruturado e de entrevistas simples aos notários responsáveis pelo acervo. Os resultados da pesquisa nos direcionam a inferir que existe contraste entre os acervos, pois o da Paraíba encontra-se organizado, entretanto o de Pernambuco está em situação precária. Desta forma observou-se que apenas no primeiro caso o arquivo encontra-se dentro das diretrizes propostas pela Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja.

Palavras-chave: Arquivos. Arquivos eclesiásticos. Informação. Acesso. Memória.

ABSTRACT

The present study aimed at providing a comparative study of the archives of the Archdiocese of Paraíba and Olinda / Recife in relation to the construction of memory and access to information. Its importance stems from a rich volume mass of documents, since the Catholic Church, in periods prior to the Proclamation of the Republic, produced records of birth, baptism, property records, among others. During this period, the regime in force in Brazil of patronage in which the Church was tied to the state, producing and accumulating a vast production of cultural, social, economic and political results of the archival point of view, a merging of civil and ecclesiastical information. The methodology consisted of an analysis of files, from the recommendations of CONARQ, focusing on the document types and media types, physical structure, projects and coordination of activities, internal regulations, budget, cataloging, accessibility, human resources. The survey was conducted from a structured questionnaire, as well as the application of simple interviews to notaries responsible for the archive. The results of the research is leading us to infer that there is contrast between the collections since the collection of Paraíba is organized, however the Pernambuco in this precarious situation. Thus it was observed that only the first case the file is within the guidelines proposed by the Pontifical Commission for the Cultural Patrimony of the Church.

Keywords: Archives. Church archives. Information. Memory access.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Identificação do termo informação para BUCKLAND	19
Figura 2: Igreja Católica	23
Figura 3: Interação do conceito de informação (dado e processo) por SILVA et al	26
Figura 4: Mesas de pesquisa	35
Figura 5: Mobiliário para guarda do acervo	35
Figura 6: Mesa de atendimento ao usuário	36
Figura 7: Documentação nas estantes de aço	36
Figura 8: Etapas de aplicação do questionário	63
Figura 9: Documentação enviada das paróquias	74
Figura 10: Acervo doado por um padre	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Volume de massa documental APB	69
Gráfico 2: Balanço do Acervo Documental APB - Total 37.205	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tipologia documentais segundo o CDC	44
Tabela 2: Criação das dioceses brasileiras	45
Tabela 3: Módulo I – Identificação	64
Tabela 4: Módulo II- Atividades de arquivo	66
Tabela 5: Módulo III- Acervo	68
Tabela 6: Módulo IV - Infraestrutura e serviços	75
Tabela 7: Módulo V: Responsável pelo preenchimento	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AOR - Arquidiocese de Olinda/Recife

APB - Arquidiocese da Paraíba

CDC - Código de Direito Canônico

CI - Ciência da Informação

CFB - Constituição da República Federativa do Brasil

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FHT - Fundação Histórica Tavera

ISAAR (CPF) - Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias

ISAD(G) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

NDHIR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 OS ARQUIVOS DA IGREJA CATÓLICA: PALAVRAS INTRODUTÓRIAS	13
1.2 QUESTÕES METODOLÓGICAS	15
2. APORTES TEÓRICOS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	19
2.1 A INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS	19
2.2 TEORIA SISTÊMICA	21
3. A IGREJA CATÓLICA E OS ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS SOB O PRISMA DE UMA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES	27
3.1 A IGREJA CATÓLICA EM PERNAMBUCO E NA PARAÍBA SOB O REGIME DE PADROADO	28
3.2 A IGREJA NA REPÚBLICA: CRIAÇÃO DOS ARCEBISPADOS DA PARAÍBA E DE PERNAMBUCO	31
3.2.1 Arquivos das arquidioceses da Paraíba e de Pernambuco	34
4. A ARQUIVÍSTICA E OS ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS	37
4.1 ARQUIVÍSTICA: ALGUMAS REFLEXÕES	37
4.1.1 Desenvolvimento do conceito de arquivo	40
4.1.2 Os arquivos eclesiásticos: estrutura e organicidade	42
5. A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS	46
6. O ACESSO EM QUESTÃO	57
6.1 A CONVERSÃO DIGITAL COMO UMA POLÍTICA DE ACESSO A DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS	59
7. ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	85

ANEXO 1	93
ANEXO 2	94
ANEXO 3	100
ANEXO 4	101

1. INTRODUÇÃO

1.1 OS ARQUIVOS DA IGREJA CATÓLICA: PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

Partindo do pressuposto de que a informação pode ser entendida a partir da organização de um sistema (BIO, 2008, p. 20) – sendo, portanto, resultado de comunicações e interações humanas – objetivamos, nesse estudo, comparar os processos de construção da memória e de acesso à informação¹, no contexto das práticas arquivísticas, tomando por base os arquivos das arquidioceses da Paraíba² e de Olinda/Recife.

É importante ressaltar que, no Brasil, os primeiros atos normativos, em matéria documental, relativos à Igreja católica, surgiram em 1707, com as chamadas “**Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e o Regimento de Auditório**”, que se mantiveram em pleno vigor até a segunda década do Século XX (1917). Em verdade, a Igreja sempre teve preocupação em recolher e guardar sua produção documental, seus textos doutrinários, atos, memórias e biografias, entre outros, conforme atesta Cristian José Oliveira Santos, quando sistematizou as normalizações criadas pela Instituição desde seu surgimento, no Século IV a.C (SANTOS, 2005).

Deve-se salientar, ainda, a importância histórica das ordens monásticas na produção e, principalmente, na guarda de documentos eclesiásticos e do próprio Estado ao longo de muitos séculos, sobretudo na Idade Média europeia, quando os mosteiros eram os grandes centros de informação, que produziam e sistematizavam saberes, que atestam sua importância histórica em matéria de guarda e preservação de documentos. Ainda segundo Cristian Santos, as primeiras normas específicas em matéria arquivística para os acervos da Igreja Católica foram criadas durante o Concílio de Trento (1545-1563). A partir de então, essa Instituição procurou impor às paróquias uma organização mais criteriosa e minuciosa dos arquivos eclesiásticos. Assim, nasceu, oficialmente, a categoria dos arquivos paroquiais. Já a regulação dos arquivos diocesanos surgiu de modo mais consistente e efetivo em 1727, com a publicação da “*Constituição Máxima Vigilantia*”, cujas normas se estendiam a outros tipos de arquivos da Igreja. Outro

¹ Acesso, neste contexto, deve ser entendido na perspectiva de possibilidade de consulta a documentos e informações. Portanto, está no âmbito do direito à informação.

² Embora seja denominada de Arquidiocese da Paraíba, a Instituição não aglomera, atualmente, todas as dioceses do Estado. Contudo, mesmo com os sucessivos desmembramentos que ocorreram, seu nome original foi mantido.

grande momento da normatização dos arquivos eclesiásticos deu-se em 1907, quando o Papa Pio X editou uma “Circular” sobre a necessidade de conservar os bens culturais da Instituição, com especial destaque para os arquivos da Igreja.

Pela sua extensão territorial e complexidade organizacional, a Igreja católica elaborou uma legislação abrangente e eficiente, denominada genericamente de “**Código de Direito Canônico**” (CDC). Em relação aos arquivos da Igreja, há de se ressaltar a presença desse tema nos CDC’s dos anos de 1917 e de 1983, além de outros estatutos próprios, cujos limites deste estudo não permitem destacar. Segundo Cristian Santos, o CDC em vigor (1983) destaca o papel relevante que os arquivos eclesiásticos representam em meio ao conjunto de bens culturais da Igreja:

O CDC vigente, como fonte legislativa principal da Igreja, assegura ao arquivo um papel exclusivo e fundamental no processo de guarda, preservação e disseminação de informações referentes às atividades da Igreja, seja quanto às práticas individuais ou coletivas. [...] O arquivo é considerado indispensável à Igreja, não apenas por ser o elemento comprovador da sua presença no meio dos povos, mas também por lhe dar condições de se conhecer e de se fazer conhecer através dos registros seculares depositados nos fundos de informação arquivísticos (SANTOS, 2005, p. 68-69).

Finalizando essa rápida trajetória acerca da historicidade dos arquivos da Igreja, é necessário fazer menção à carta-documento intitulada “**As bibliotecas eclesiásticas na missão da Igreja**”, produzida em 1994, e cujo texto mostra a preocupação mais recente da Instituição quanto à preservação dos seus acervos. Assim, nesse documento, são expostas sete razões pelas quais os arquivos eclesiásticos são importantes, a saber:

1) Cultivam a memória da vida da Igreja; 2) Manifestam o sentimento de tradição; 3) Permitem reconstruir as vicissitudes da evangelização e da educação para a vida cristã; 4) São fontes primárias para a reconstituição histórica das variadas expressões da vida religiosa e da caridade cristã; 5) Testemunham a unicidade e a continuidade da Igreja através dos séculos, que recolhe “desde a época apostólica os testemunhos da fé”; 6) Põem em relevo as atividades religiosas, culturais e assistenciais das múltiplas instituições eclesiásticas, favorecendo a compreensão histórica das expressões artísticas que se originaram no decurso dos séculos; 7) Oferecem a possibilidade das instituições eclesiásticas se adequarem “às exigências dos fiéis e dos homens do nosso tempo” através de uma esclarecida ação pastoral. Em outras palavras, a pesquisa histórica favorece “o desenvolvimento das precedentes experiências eclesiais, a verificação das inobservâncias, a renovação em referência às mudadas condições históricas” (SANTOS, 2005, p. 98).

Dito isso, reiteramos nossa proposta neste estudo, que objetiva analisar comparativamente os arquivos da Arquidiocese da Paraíba e de Olinda/Recife, no

tocante às práticas arquivísticas relativas à construção da memória e ao acesso à informação.

1.2 QUESTÕES METODOLÓGICAS

A partir daqui, procuraremos relacionar os aportes metodológicos que direcionaram a pesquisa. Neste sentido, iremos detalhar o norte metodológico de nosso estudo, ou seja, de como estudar comparativamente o problema da memória e do acesso em arquivos eclesiásticos da Igreja católica. Aqui, prendemo-nos a questões mais instrumentais que viabilizaram o estudo em questão.

A metodologia se constitui como uma área do conhecimento que se preocupa com questões de método⁸. Sua importância decorre da definição das condições para a pesquisa científica. Pensamos ser importante e até mesmo necessário esse esforço na busca de uma opção metodológica ligada a uma determinada abordagem na Ciência da Informação e, por conseguinte, atendida com as perspectivas e os objetos de nosso estudo, para evitar o que Pedro Demo chama - seguindo os pressupostos da “teoria do erro” de Bachelard – de “erro metodologicamente evitável”³ (DEMO, 1987).

A metodologia empregada neste trabalho teve caráter – a um só tempo – descritivo e explicativo. Assim, no procedimento metodológico, inicialmente, fizemos um levantamento dos principais documentos normativos emanados pelo Vaticano, bem como daqueles oriundos de âmbitos locais, quais sejam: de dioceses, arquidioceses e/ou conferências episcopais, a partir dos quais os processos de normatização das práticas arquivísticas, no contexto eclesial, têm avançado, especialmente após o Concílio Vaticano II⁴. No que concerne à legislação propriamente dita, procedemos à análise dos cânones (486 a 490)⁵ presentes nos “**Códigos de Direito Canônico**” de 1983, que tratam da normalização dos arquivos eclesiásticos.

Importante ressaltar que, antes de procedermos à comparação entre os arquivos episcopais da Paraíba e de Pernambuco, lançamos mão de uma sistematização das

³ Ainda segundo Pedro Demo, para se resguardar do “erro metodologicamente evitável”, seguindo a teoria de Bachelard, é preciso optar por uma metodologia adequada aos objetivos da pesquisa, além de se precaver dos efeitos da “má subjetividade”.

⁴ Trata-se de uma série de conferências realizadas entre 1962 e 1965, consideradas o grande evento da Igreja católica no Século XX. Com o objetivo de modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião, o papa João XXIII convidou bispos de todo o mundo para diversos encontros, debates e votações no Vaticano. Na pauta dessas discussões, constavam temas como os rituais da missa, os deveres de cada padre, a liberdade religiosa e a relação da Igreja com os fiéis e os costumes da época.

⁵ Ver anexo I.

informações acerca deles, partindo de sua historicização e de um diagnóstico⁶ que revelou a apreensão dos aspectos que objetivamos discutir.

Como instrumento de coleta de dados, foi aplicado um questionário elaborado pelo CONARQ para o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos, formado pelos elementos da “**Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE)**”, e cujas perguntas foram respondidas pelos notários responsáveis pelos arquivos. Esta norma estabelece regras para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF), e tem em vista facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Optamos por não realizar nenhuma adaptação ao questionário aplicado do CONARQ por acreditar que ele contempla de forma satisfatória os questionamentos propostos pelo nosso problema de pesquisa.

Além disso, realizamos entrevistas semiestruturadas e observações *in loco*, intencionando coletar as informações mais importantes para análise, a saber: as tipologias documentais e os tipos de suporte, as estruturas físicas, os projetos e a coordenação das atividades, os regulamentos internos, os orçamentos, as catalogações, a acessibilidade e os recursos humanos.

O segundo e determinante momento da pesquisa correspondeu à análise comparativa entre os arquivos das arquidioceses da Paraíba e de Pernambuco. Para isso, foi necessário certo suporte teórico-metodológico que contemplasse esse tipo de estudo. Nessa perspectiva, quando nos debruçamos sobre um estudo comparativo a respeito de determinadas instituições, objetivamos, naturalmente, realçar certas semelhanças ou diferenças de maneira sistemática. Em nosso caso, analisar comparativamente, os processos de construção da memória e acesso a informação nos arquivos da AOR e APB. Ainda nesse sentido, no método comparativo, somos levados a identificar quais foram os atributos que, comuns aos dois objetos ou presentes num e ausente no outro, resultaram em consequências semelhantes ou marcadamente diferentes.

É importante destacar que os estudos comparativos procuram não apenas destacar semelhanças que se repetem em duas ou mais instituições, como também nos iluminam sobre a razão de uma semelhança resultar em duas ou mais experiências diferentes. Assim, como referem Schneider e Schmitt:

⁶ Ver anexo II.

[...] é lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando a determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais (1998, p. 49).

No entendimento de Lakatos e Marconi, o método comparativo permite ser empregado em estudos qualitativos e quantitativos, no sentido de apontar “vínculos causais, entre os fatores presentes e ausentes” (2003, p. 108). Entre os tipos de métodos comparativos existentes, escolhemos aquele que melhor se enquadra nos objetivos propostos neste trabalho. Trata-se do método denominado de “contraste de contextos”, que consiste na comparação de dois ou mais casos, buscando por em evidência suas diferenças recíprocas (SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998, p. 77). As autoras citadas descrevem, ainda, dois momentos inerentes ao método comparativo:

- A identificação das similitudes entre os fenômenos;
- O momento contrastivo, no qual se trabalham as diferenças entre os casos estudados.

As autoras acrescentam que pelo menos três passos implícitos ao método devem ser seguidos de modo a garantir sistematização e segurança, a saber:

- a) a seleção de dois ou mais fenômenos que sejam comparáveis;
- b) a definição dos elementos a serem efetivamente comparados;
- c) a generalização.

Em síntese, o método comparativo propiciou em nosso estudo, entre outras coisas, identificar diferenças ou semelhanças entre as instituições pesquisadas, atribuindo maior ou menor peso ou isolando atributos que são a razão de certas condições particulares (reconhecer padrões comuns e fazer generalizações).

Em nosso estudo comparamos especificamente, nos arquivos das AOR e APB, a natureza de suas funções, seus objetivos institucionais, suas principais atribuições, a gestão de serviços arquivísticos, existência ou não de comissões de avaliação de documentos, códigos de classificação, formas de eliminação, mensuração, gêneros documentais, estágios de tratamento, procedimentos técnicos, normatização, recuperação da informação, instrumentos de pesquisa, instalações, sistema de

armazenamento, segurança, recursos humanos e atendimento ao usuário. Procedimentos que acreditamos serem necessários para o entendimento de nosso objetivo principal, ou seja, as formas como esses arquivos “constroem” suas memórias, bem como as tornam acessíveis.

2. APORTES TEÓRICOS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

2.1 A INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS

Por ser polissêmico, o termo informação apresenta inúmeras definições, conforme afirma Buckland, em seu texto, “**Informação como coisa**” (1991). Para esse autor, a exploração do termo “informação” leva a dificuldades imediatas e carrega uma grande variedade de sentidos. Ele acredita que essas múltiplas definições podem não ser completamente satisfatórias, pois os limites entre os usos da informação são inúmeros. No entanto, ele apresenta três principais usos/conceitos: informação como processo, informação como conhecimento e informação como coisa.

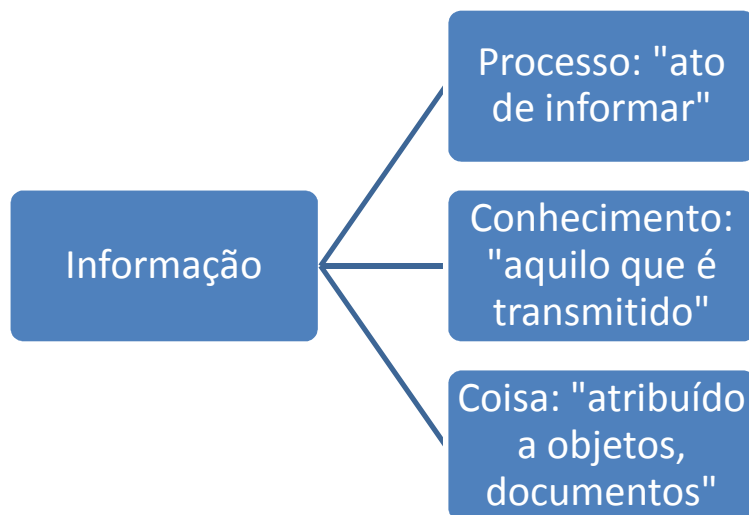


Figura 1: Identificação do termo informação, segundo BUCKLAND

A *informação-como-processo* é assim entendida como a comunicação do conhecimento ou “novidade” de algum fato ou ocorrência. Já a *informação-como-conhecimento* é definida como o conhecimento comunicado referente a algum fato particular, assunto, ou evento. Por fim, a terceira definição de Buckland nos interessa, em especial, pois a “*informação-como-coisa*” é apresentada como a atribuição dada para documentos informativos. Esse conceito se coaduna com nossa discussão acerca dos arquivos eclesiais. O autor também afirma que é no conceito de “*informação-como-coisa*” que trabalham os sistemas de informação, como, por exemplo, as bibliotecas (com o tratamento dos livros), os computadores (com a manipulação de dados) e os arquivos (com o tratamento direcionado aos documentos).

Coincidentemente, Rafael Capurro (2003), em seu texto “**Epistemologia e Ciência da Informação**”, apresenta também três paradigmas para CI que são relevantes para nossa discussão. O primeiro, *o paradigma físico*, intimamente relacionado à teoria da informação (Shannon e Weaver), trata o objeto (a informação), como algo físico, ou seja, os signos que o emissor transmite ao receptor, excluindo o papel ativo do sujeito, tratando assim a informação como um fenômeno objetivo.

O segundo paradigma, *o cognitivo*, trata de como os processos informativos são capazes de alterar as estruturas cognitivas de seus usuários, esse paradigma se contrapõe ao físico, pois procura dar uma maior ênfase ao sujeito. R. Capurro faz uma crítica a esse paradigma ao afirmar que ele considera a informação como algo separado do sujeito, excluindo as condições sociais e materiais do ser humano.

Já terceiro e último paradigma, *o social*, salienta os condicionamentos sociais e materiais dos processos informacionais. O autor destaca também a natureza interdisciplinar da CI, bem como destaca a importância do acesso à informação.

Neste estudo, tratamos a informação como evidência, ato comprobatório de algum fato e/ou evento, uma possibilidade de verificação de acontecimentos ou conhecimentos, conforme entende Buckland:

Livros de exercício e enciclopédias fornecem material para uma introdução; textos literários e comentários são fonte para o estudo de língua e literatura; série de dados estatísticos fornecem dados para o cálculo e inferência; códigos de direito indicam leis; fotografias mostram pessoas, lugares e eventos; citações e fontes são verificadas (1991, p. 04).

É relevante mencionar, ainda, que não seria qualquer informação produzida a Instituição que é importante para nossa discussão, mas a informação arquivística, presente nos documentos de arquivo e dotada de uma série de elementos, que citaremos no decorrer da discussão sobre os arquivos e a informação arquivística.

A informação arquivística é produzida ou recebida por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades e constituem elemento de prova. Formam um conjunto orgânico, refletindo as atividades a que se vinculam, expressando atos de seus produtores no exercício de suas funções. Assim, a razão de sua origem ou função pela qual são produzidos é que determina sua condição de informação arquivística e não a natureza de seu suporte ou formato.

2.2 A TEORIA SISTÊMICA

Para Pedro López Gómez (2007), os documentos de arquivo⁷ têm peculiaridades exclusivas. São únicos, são autênticos, são íntegros, são interdependentes e naturais (neste último caso trata-se de uma decorrência lógica da prática administrativa)⁸. Os documentos arquivísticos não são objeto de coleção (escolha artificial) e sim da acumulação natural, no decurso de atividades administrativas. Os documentos apresentam uma significação orgânica entre si. São desprovidos de autonomia e tiram sua autenticidade do inter-relacionamento entre os itens documentais. Para Bellotto é a organicidade é a “qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora, em suas relações internas e externas” (2007, p. 36).

Os documentos arquivísticos apresentam também uma formação progressiva, natural e orgânica, pois são produzidos de forma seriada e cumulativa. Por essas características, os documentos de arquivo compartilham elementos da teoria sistêmica.

O Arquivo passa, então, à condição natural de um sistema (semi-)fechado de informação, social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/ uso), a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nas anteriores” (SILVA et al, 1999, p. 38).

Concebemos, então, que os arquivos estão identificados com o pensamento sistêmico e apresentam um todo, inter-relação e organização, conceitos indispensáveis para a teoria sistêmica de que o arquivo se utiliza em sua estruturação. Em nosso entendimento, a visão sistêmica se apresenta como um valioso instrumental para a análise do nosso problema de pesquisa, pois considera que as ações humanas podem se constituir em um conjunto de elementos, gerando uma interação.

⁷ O documento de arquivo nasce como uma ferramenta para a administração, diante da necessidade da gestão para conservar as contas e os documentos financeiros para assinalar como se obtiveram, assinaram, gastaram e justificaram, para ter referência sobre as pessoas, os lugares e os assuntos para salvaguardar direitos e obrigações, patrimônios e rendas, cumprir as exigências da lei e reconstruir e revisar o passado (GÓMEZ, 2007, p.66).

⁸ Únicos porque são insubstituíveis, pois representam o vestígio de uma ação. São autênticos porque são criados, mantidos e conservados sob custódia, de acordo com procedimentos regulares. Todos os documentos de arquivo são também íntegros nas suas partes internas e externas. Todo documento de arquivo está unido a outros de um grupo, e sua significação está relacionada ao grupo, sendo, portanto interdependentes. Por fim, são naturais uma vez que não são coletados artificialmente, mas surgem de acordo com o curso dos atos e ações de uma administração. Ver: GÓMEZ, 2007.

Os estudos sobre sistemas foram iniciados por Ludwing Von Bertalanffy (2009), nos anos 1930. Esse autor afirma que:

A moderna teoria dos sistemas, embora aparentemente tenha surgido de modo original do esforço realizado na última guerra, pode ser considerada a culminação de um amplo movimento na perspectiva científica que tendia a tornar-se dominante desde os últimos séculos (p. 35).

Ainda segundo o autor, o fechamento, em círculos, de algumas áreas do conhecimento prejudica o desenvolvimento da ciência. Portanto, a Teoria Geral dos Sistemas fora uma busca da unidade entre as especialidades, como ele refere:

É necessário estudar não somente as partes e os processos isoladamente, mas também resolver os decisivos problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica, resultante da interação dinâmica das partes diferentes quando estudado isoladamente e quando tratado no todo (p. 53).

L. Von Bertalanffy define o sistema também como um complexo de elementos em interação, de natureza ordenada, não fortuita. Ele acrescenta:

O todo é mais que a soma das partes, consiste simplesmente em que as características constitutivas do todo não são explicáveis a partir das características das partes isoladas. As características do complexo, portanto, comparadas às dos elementos parecem novas ou emergentes (p. 83).

Convém enfatizar que há uma série de definições a respeito do termo, tais como: sistemas hidráulicos, sistema humano, sistema energético, entre outros. Para entender um sistema, é preciso conhecer suas estruturas. Segundo Piero Mella, os sistemas apresentam uma pluralidade de elementos que estão relacionados entre si, a saber:

a) apresente características próprias; b) o estado de cada elemento dependa pelo menos de um outro e acabe condicionado pela estrutura toda; c) essa, se assumir ou modificar o próprio estado ou sofrendo de uma modificação uma modificação de estado e; d) todos os elementos são necessários para formar aquela estrutura (MELLA *apud* SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 95).

Assim, um sistema pode ser definido como um conjunto de elementos interdependentes, ou um todo organizado, ou partes que interagem formando um todo unitário e complexo.

Seguindo esse raciocínio, os sistemas podem ser classificados como:

- **Supersistema:** Um sistema que é formado por outros sistemas;
- **Subsistema ou sistema parcial:** Individualiza-se no interior de um sistema mais amplo, mantendo algumas relações;
- **Macrossistema:** Configura-se quando o sistema e o ambiente se interpenetram;
- **Abertos:** Conjunto de partes em constante interação, mas que mantêm interdependência com o ambiente externo. Ex: Sistema humano;
- **Fechados:** Não mantêm interação com o ambiente externo. Ex: Relógio.

Outras classificações são possíveis, mas inviáveis para nossa proposta de discussão. Interessa-nos, pois, discutir os sistemas de informação, que são definidos por Sérgio R. Bio como uma rede de subsistemas, em que cada qual se decompõe em procedimentos que coletam dados, processam-nos e produzem e distribuem informações resultantes (2008, p. 22).

Para mais clareza, exemplificamos com a figura abaixo que, em um primeiro plano, apresenta um sistema, que seria a Igreja Católica (numa visão mais macro); depois, as unidades administrativas e os conselhos e, por fim, os subsistemas, que seriam os arquivos paroquiais, arquidiocesanos e diocesanos, os funcionários e os usuários, que produzem uma forte interação e formam um todo (Igreja), uma inter-relação (fluxo) e uma organização.

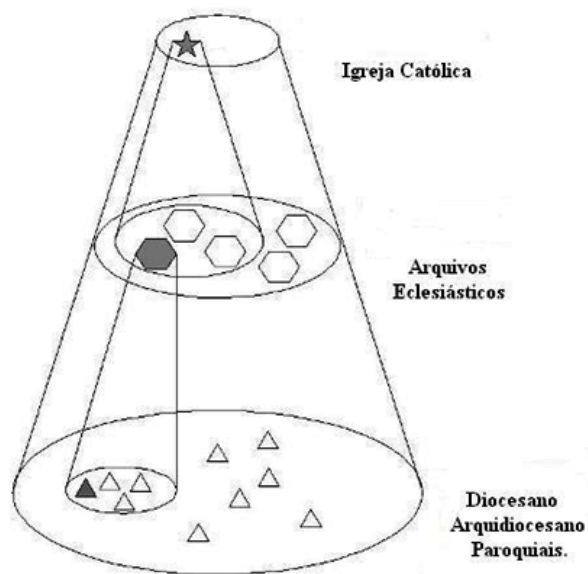


Figura 2: Igreja Católica
Fonte: Anna Carla Queiroz

Diante do exposto, apropriamo-nos do conceito de sistemas para ancorar a pesquisa, pois, na construção deste trabalho sobre arquivos, no campo da Ciência da Informação, estamos construindo o que Hilton Japiassu denomina de interdisciplinaridade auxiliar. Nesse sentido, o autor expõe:

Esse tipo de associação consiste, essencialmente, no fato de uma disciplina tomar empréstimo a outra seu método ou seus procedimentos. Não resta dúvida de que o método de uma disciplina pode fornecer informações apresentando um valor indicativo inestimável para o “domínio de estudo” de outra disciplina, inclusive, para o seu “nível” de integração teórica. Em alguns casos, esse tipo de interdisciplinaridade não ultrapassa o domínio da ocasionalidade e das situações provisórias (JAPIASSU, 1976, p. 80).

Quanto à questão mais conceitual, começaríamos por dizer que, entre os variados conceitos de Ciência da Informação existentes, recorreremos, principalmente, àquele desenvolvido por Harold Borko, por acreditar que é o mais abrangente (sem perder a rigidez conceitual), e o que melhor contempla nossa proposta de pesquisa, ao afirmar:

Ciência da informação é a disciplina que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que regem o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para a otimização do acesso e uso. Está relacionada com um corpo de conhecimento que abrange origem, **colecta, organização, armazenamento, recuperação**, interpretação, transformação utilização da informação. Isto inclui a investigação as representações da informação tanto no sistema natural, como artificial, o uso de códigos para uma eficiente transmissão de mensagens e o estudo dos serviços e técnicas de processamento da informação e seus sistemas de programação. Trata-se de uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada com vários campos como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e alguns outros campos similares. Tem tanto um componente da ciência pura, que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como uma componente da ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos [...] a biblioteconomia e documentação são aspectos aplicados da ciência da informação (BORKO *apud* SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 53). (grifo nosso)

Já para Jaime Robredo, o objeto de estudo da Ciência da Informação é a informação, em seus vários aspectos e pontos de vista, que é suscetível de ser registrada, duplicada, reproduzida, organizada, processada e recuperada quando necessário. O autor acredita também que “a informação está atrelada a algum tipo de sistema, o que implica veículos diferentes para sua transmissão e seu armazenamento, segundo o sistema considerado (DNA, computadores, linguagem humana etc.)” (2003, p. 103).

Nesta pesquisa, o conceito de Ciência da Informação será aplicado pelo viés arquivístico. Aqui, os arquivos⁹ eclesiásticos são entendidos como sistemas de informação¹⁰ semifechados (trata-se de um conjunto de elementos identificáveis, interdependentes por um feixe de relações e que se perfilam dentro de uma fronteira), produtores e recebedores de informações, nos mais diversos suportes, no decorrer de suas atividades. O arquivo, portanto, passa a ser analisado em seus mais diversos ângulos, levando-se em consideração sua interação com seus elementos constitutivos, seus agentes produtores, usuários, entre outros.

Esse novo paradigma ganha fôlego na perspectiva de um paradigma pós-custodial para a Arquivística, conforme explicita Masson em um de seus artigos:

[...] Silva et al (1999) entendem que o processo informacional, relativo aos arquivos, apresenta três fases: a fase sincrética e custodial, até ao Século XVIII, a fase técnica e custodial, de 1898 a 1980, com os Arquivos Históricos e Arquivos administrativos, a gestão de documentos, normalização arquivística, reformulação crítica da noção de “fundo”, e a fase científica e pós custodial, em que os arquivos são tratados como sistemas de informação e a Arquivística, uma ciência epistemologicamente redimensionada, no campo da Ciência da Informação, dentro das Ciências Sociais (2006, p. 88).

A informação arquivística contida nos arquivos eclesiásticos, sob um “olhar” sistêmico, transcende a perspectiva reducionista de Michel Duchein (1986), em cujo texto, **O Respeito de Fundos em Arquivo: princípios teóricos e problemas práticos**, afirma que os arquivos são tão somente um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, no decurso de suas atividades, independentemente de data, suporte material, informacional ou formato físico.

Nesta pesquisa, a perspectiva sistêmica, será uma modalidade norteadora empregada para pensar e explorar o objeto da Ciência da Informação - leia-se “a informação contida nos arquivos eclesiásticos” - que foi esquematizada da forma que segue abaixo (SILVA et al, 1999, p. 202):

⁹ Instituição que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. Ver: DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 27.

¹⁰ Um Sistema de Informação é uma totalidade formada pela interação dinâmica das partes, ou seja, tem uma estrutura duradoura com um fluxo de estados no tempo. Assim sendo, um SI é constituído pelos diferentes tipos de informação registrada ou não exatamente ao sujeito, não importa qual o suporte, de acordo com uma estrutura prolongada pela ação na linha do tempo (SILVA, Armando M., 2007, p, 162).

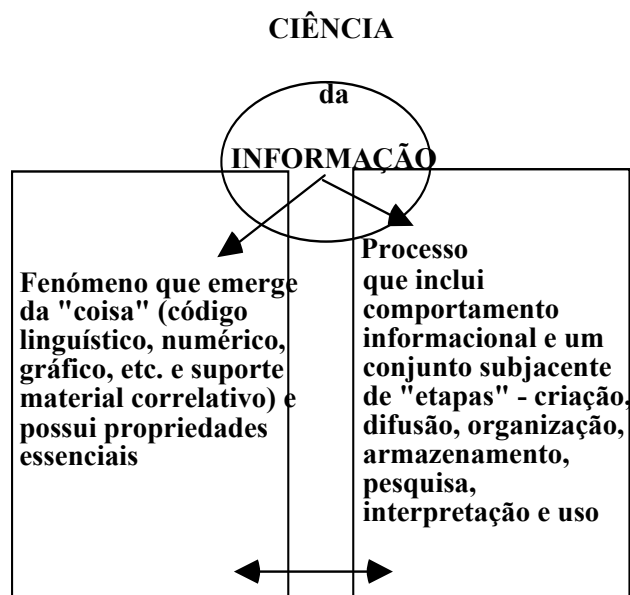


Figura 3: Interação do conceito de informação (dado e processo)
Fonte: Silva et al

Acreditamos que, através da Teoria dos Sistemas, será possível pensar a realidade natural, humana e social, de modo alternativo em relação às perspectivas "clássicas" (tal como a de Michel Duchein) acerca dos arquivos. Nesta última concepção, o autor entende os arquivos – de maneira reducionista, negligenciando as possíveis relações entre produtor, usuário, dentre outros – apenas como um conjunto de documentos produzidos e recebidos por entidades públicas ou privadas. Nesse “novo” paradigma, a informação pode também ser encarada sistemicamente, interagindo e sendo pensada e analisada em suas diversas matizes. Desta forma, Bertalanffy (2009) e Silva; Ribeiro (2002) balizaram a pesquisa servindo com alicerce para uma teoria geral dos sistemas. Nesse sentido, estamos examinando duas das propriedades gerais da informação nesses sistemas de informação: os processos de construção da memória e o acesso à informação.

3. A IGREJA CATÓLICA E OS ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS SOB O PRISMA DE UMA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES

Embora deva atuar, sobretudo, em uma esfera que aponta para dimensões transcendentais, a Igreja é uma instituição cuja visibilidade, perceptível em suas numerosas organizações, já está no limiar de um terceiro milênio de existência. Tem sabido articular-se e sobreviver, tem assumido posições diferenciadas face aos conflitos das populações onde tem estado presente. A sua atuação tem sido sempre em qualquer espaço uma atuação também política (CABRAL, 2004, p. 60).

Marcado pela pluralidade religiosa, o Brasil destaca-se como um país no qual o estudo das religiões revela importante riqueza e variedade em suas contribuições para o entendimento de nossa identidade histórica e sociocultural. Ainda que se restringindo o foco ao estudo da religião católica, existe uma multiplicidade de objetos, problemas e abordagens circunscritos em cerca de quinhentos anos de lastro histórico. Assim, o que chamaríamos de História das religiões pode se dispersar em temas que vão desde as instituições propriamente ditas aos sujeitos históricos, passando ainda pelas práticas e simbologias. Contudo, deve-se deixar claro que este não é um estudo sobre a história das arquidioceses da Paraíba e de Pernambuco, tampouco sobre a historicidade de seus arquivos. Entretanto, pensamos ser relevante abrir um espaço para que se conheça, mesmo que panoramicamente, a história dessas Instituições, cujos arquivos são nosso objeto principal de análise.

De modo geral, o acervo da Igreja também poderá oferecer ao pesquisador grande liberdade para selecionar, entre as inúmeras tipologias documentais, o estudo de caso e /ou particularidades que possam difundir histórias de vidas, relegadas a um segundo plano, ou esquecidas pela história oficial e positivista¹¹. Por outro lado, objetivando reconstruir a experiência das classes sociais inferiores, a história social busca a perspectiva de uma história vista de baixo, conforme entende o historiador

¹¹ Elaborado, inicialmente, pelo sociólogo francês, Augusto Comte, o positivismo se define como uma doutrina, a um só tempo, filosófica, sociológica e política. O surgimento do positivismo está relacionado ao pensamento iluminista, às crises sociais e morais do fim da Idade Moderna e ao nascimento da sociedade industrial. Em linhas gerais, ele propõe uma existência humana afastada, radicalmente, da teologia e da metafísica. Dessa maneira, o positivismo associa uma interpretação das ciências e uma classificação do conhecimento a uma ética humana radical, desenvolvida a partir da fé no progresso científico e na razão. No âmbito da História, surgiu uma escola positivista – muitas vezes, confundida com a escola metódica – que se fundamentou na busca da verdade histórica, no culto aos grandes homens, na centralidade dos fatos históricos e na construção histórica a partir de fontes oficiais.

inglês, Paul Thompson (1981), no sentido de servir como um “novo olhar” à história da elite e tornar possível uma síntese mais rica na compreensão histórica, uma fusão da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história.

Também é bastante comum o estudo de religiões pelo prisma de suas instituições, o que é denominado, muitas vezes, de História eclesiástica que, no entendimento de Jacqueline Hermann, define-se da seguinte maneira:

Dedicada ao estudo do funcionamento, estrutura e organização do clero e da pregação religiosa, incluindo as formas de proselitismo religioso, a disciplina clerical e a normatização do ritual, aqui encontramos obras gerais, a exemplo das diversas histórias institucionais da Igreja, como a clássica História da Igreja em Portugal, de Fortunato de Almeida, ou a História da Companhia de Jesus no Brasil, de Serafim Leite (1997, p. 340).

Grosso modo, a história da Igreja católica, no Brasil, divide-se em dois grandes momentos. No primeiro deles – do início da colonização até 1890 – a Igreja esteve sob o regime de padroado, caracterizado por uma aliança de propósitos e institucional entre Estado e Igreja. A partir da proclamação da República, em 1889, inicia-se um novo momento consubstanciado pela separação legal e institucional entre Estado e Igreja, conforme atesta o Decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890, em cujo texto proíbe e interfere do Estado, nos âmbitos federal, estadual e municipal, em matéria religiosa, para extinguir o sistema de padroado e acabar com a oficialidade e a exclusividade da fé cristã no Brasil. Pautando-nos nessa divisão, falaremos, a seguir, sobre a história da Igreja católica, na Paraíba e em Pernambuco, e, na sequência, traremos algumas informações sobre a história da constituição dos seus respectivos arquivos eclesiásticos.

3.1 A IGREJA CATÓLICA EM PERNAMBUCO E NA PARAÍBA SOB O REGIME DE PADROADO

A história da Igreja Católica, no Brasil, está colada com a colonização portuguesa nessas terras, pois, durante todo o período colonial e imperial, houve, por meio de sistema de padroado, intensa comunhão entre o Estado e a Igreja. Assim, no Brasil, a Igreja Católica surgiu circunscrita pelo regime ou direito de padroado. Com origem nas ordens militares montadas nos tempos da reconquista cristã da Península Ibérica (Séculos XII –XIV), esse regime concebia ao monarca o direito e a administração – inclusive sobre a cobrança dos dízimos eclesiásticos – da Igreja sob seu

domínio territorial. Esse regime promovia uma espécie de sacralização do rei na medida em que ele era concebido como patrono ou padroeiro da Igreja. Assim, ocorreu em Portugal e suas possessões ultramarinas, como destaca Graça Salgado (1985):

Vale ressaltar que o padroado implicava não só ao governo religioso, mas também o direito de cobrança e administração dos dízimos eclesiásticos, importantíssima fonte de recita nos tempos coloniais. Cabia-lhe ainda, em contrapartida, a expansão da fé cristã, mediante o erguimento e a manutenção dos locais de culto, bem como a sustentação do clero (p. 114).

Ainda sobre a importância histórica do regime de padroado para difundir a fé católica a partir da modernidade, a autora assevera:

A expressão ‘funcionários eclesiásticos’ dá bem a medida de como a Igreja nascente nas terras americanas dependia do Estado português, situação que se prolongou por todo o território colonial durante o Império, cujas raízes, conforme já dissemos, estavam no direito do padroado. Além da integração político-religiosa, a Coroa se beneficiou, e muito, da sua condição de administradora dos dízimos eclesiásticos, em muitas regiões talvez a principal fonte de renda colonial (p. 115).

Ela explica também que a criação de dioceses aconteceu de forma muito lenta, no período colonial, devido às próprias dificuldades materiais da colonização, ao imenso território e, ainda, acrescentamos, à falta de párocos (p. 115). Dessa forma, a primeira diocese brasileira surgiu em 1550, com sede na atual cidade de Salvador, na então capitania da Bahia de Todos os Santos.

O primeiro bispado estabelecido no Brasil, contemporâneo à formação do governo-geral, teve, como esse, sua sede em Salvador, na capitania da Bahia. A autorização papal para sua ereção foi concedida pela bula *Super specula militantis Ecclesiae*, de 25 de fevereiro de 1551, promulgada pelo papa Júlio III. À nova diocese ficaram pertencendo todas as terras do Brasil, desanexadas, assim, da mitra do Funchal, da qual fizeram parte desde a criação desta, em 1514. O bispado de Salvador era subordinado ao arcebispado de Lisboa e seguia, portanto, nas novas terras, as disposições estabelecidas pelas suas constituições (p. 115-116).

No decorrer do período colonial, esse primeiro bispado foi sendo subdividido, progressivamente, e sendo criados vários outros:

A esse bispado, seguiu-se a criação de duas prelazias, uma com sede na capitania do rio de Janeiro e a outra na de Pernambuco. A do Rio de Janeiro foi autorizada pela bula *In supereminenti militantis Ecclesiae*, de 19 de julho de 1575, do papa Gregório XIII, e sua jurisdição compreendia as capitanias de São Vicente, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Porto Seguro. A de

Pernambuco, instituída pelo papa Paulo V, a instâncias de Felipe III de Castela, através da Bula *Super eminenti*, de 15 de julho de 1614, abrangia as capitanias de Pernambuco, Paraíba e Maranhão. Teve porém curta duração: revogada pela bula *Romanus pontifex*, de 6 de julho de 1624, do papa Urbano VIII, seu território voltou a fazer parte da diocese de Salvador (p. 116).

Assim, no término da fase colonial brasileira, este era o perfil das dioceses brasileiras, com suas respectivas datas de criação: São Salvador da Bahia (1550); São Sebastião do Rio de Janeiro (1676); Olinda (1676); São Luís do Maranhão (1677); Belém do Grão-pará (1719); São Paulo (1745); Mariana (1745).

Especificamente em Pernambuco, a Prelazia foi criada em 1614 pela “**Bula Fasti noviorb**” do Papa Paulo V. Já o Papa Urbano VIII, com a “**Bula Romanus Pontifex**”, em 1624, constituiu sufragânea da então diocese de São Salvador da Bahia. O Papa Inocêncio XI, em 1676, pela Bula “**Ad sacram Beati Petri**”, elevou-a a diocese, denominando-se Diocese de Olinda, à qual a Paraíba ficou subordinada até o momento de criar a sua. Ainda sobre a abrangência territorial do bispado de Pernambuco, Graça Salgado informa: “O bispado de Olinda, pela bula *Ad sacram beati Petri*, de 22 de novembro de 1676, abrangia a foz do Rio São Francisco à capitania do Ceará” (SALGADO, 1985, p. 116).

É importante ressaltar que a estrutura eclesiástica montada no Brasil colonial era muitíssimo centralizada, realidade que não sofreu alterações no período imperial, quando o regime de padroado se manteve, embora nas mãos do governo brasileiro naquele contexto. Assim, nos anos do Brasil independente, surgem novas Dioceses: Goiás (1826); Cuiabá (1826); São Pedro do Rio Grande do Sul - atual Porto Alegre (1848), e Diamantina (1854).

Cabe dizer também que, de maneira geral, até o fim do padroado no Brasil, cabia às paróquias todo o registro que hoje faz parte da esfera civil. Eram registros de nascimento, de casamento e testamentos, além de vários tipos de registros de propriedades, o que faz com que a documentação contida nos arquivos eclesiásticos seja de suma importância, não apenas para preservar a memória da Igreja como instituição, mas também, sobretudo, a memória social como um todo e para estudos científicos sobre sociedade, economia e cultura.

3.2 A IGREJA NA REPÚBLICA: A CRIAÇÃO DOS ARCEBISPADOS DA PARAÍBA E DE PERNAMBUCO

Com o fim da monarquia no Brasil (1889), surgiu um novo e diferente contexto para a Igreja Católica. O efeito mais contundente dessa mudança – conforme já adiantamos – foi a institucionalização da separação entre Igreja e Estado, que pôs um ponto derradeiro no regime de padroado, implantado desde os primórdios da colonização. Vale salientar que foi também desejo de parte da Igreja essa separação, circunstância, aliás, já evidenciada durante o Império na chamada “Questão Religiosa”¹². Assim, acerca das características da Igreja Católica, no Século XIX, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira refere:

Estreita vinculação com o Estado; distanciamento das diretrizes do Vaticano; hierarquia eclesiástica com mentalidade de serviço público; precariedade na educação formal para o exercício do sacerdócio; envolvimento do clero em atividades políticas e sociais; maior vinculação do baixo clero com a elite agrária do que com a hierarquia eclesiástica; dispersão dos padres no vasto território brasileiro, sem o controle maior pelos bispos e existência de sacerdotes com amásias e filho (1994, p. 24).

No Brasil, com o advento da república, a liberdade de religião foi instituída e destituiu o catolicismo da condição de religião oficial do Estado. Além disso, implementou-se a obrigatoriedade dos registros civis, que pôs fim a esse monopólio da Igreja sobre o controle social e familiar.

Trabalhando em um estudo de caso acerca da criação e da organização administrativa da Diocese da Paraíba – instituída entre 1892 e 1894 – Lúcia de Fátima Guerra Ferreira destaca o processo de romanização do catolicismo no Brasil durante aquele contexto histórico denominado de República Velha (1889-1930). Por romanização do catolicismo entende-se a volta do controle do Vaticano sobre a Igreja. Como política do Vaticano, tratou-se de um processo de reeuropeização do catolicismo, numa tentativa de unificar os diversos catolicismos existentes, como contraponto à pluralidade religiosa brasileira e ao catolicismo popular:

¹² A Questão Religiosa foi determinada por um conjunto de fatores, principalmente o fato de alguns bispos terem seguido orientações do Vaticano que se contrapunham aos ditames do governo imperial no Brasil.

Limitar a autonomia do catolicismo popular, certamente se constituiu numa das maiores preocupações da hierarquia eclesiástica no processo de romanização. Uma das estratégias adotadas foi o controle clerical dos santuários, anteriormente sob o comando de leigos, que praticavam uma liturgia eminentemente popular (FERREIRA, 1994, p. 34).

Balizando esse processo, é importante destacar as orientações advindas do Concílio Vaticano I (1869-1870), que já apontava, segundo Emanuela Sousa Ribeiro, para certa convergência entre romanização e modernidade¹³, que se tornou prática da Igreja, no Brasil, durante a República Velha:

Comprendemos que essa modernidade só pôde se estabelecer porque retirou da Igreja católica a primazia na significação da realidade do mundo ocidental. Porém uma vez que essa nova realidade se configurou definitivamente, até mesmo os defensores do catolicismo “romano, clerical, tridentino, individual e sacramental” foram forçados a conviver com as transformações sociais impostas pela modernidade (2006, p. 259).

A Prelazia de Pernambuco foi criada em 15/07/1614 pela Bula "*Fasti noviorbis*" do Papa Paulo V. O Papa Urbano VIII, com a Bula "*Romanus Pontifex*", do dia 06/07/1624, constituiu-a sufragânea da então Diocese de São Salvador da Bahia. O Papa Inocêncio XI, no dia 16/11/1676, pela Bula "*Ad sacram Beati Petri sedem*", elevou-a à categoria de diocese, denominando-se Diocese de Olinda. Em 05/12/1910, foi elevada a Arquidiocese e Sede Metropolitana pelo Decreto da Sagrada Congregação Consistorial. Pela Bula "*Cum urbs Recife*" do Papa Bento XV de 26/07/1918, passou a denominar-se Arquidiocese de Olinda e Recife.

Foi nesse contexto que, em Pernambuco, a diocese foi elevada a Arquidiocese (1910) e, depois, a Sede Metropolitana, pelo “**Decreto da Sagrada Congregação Consistorial**”. Assim, pela “**Bula cum urbs Recife**”, do Papa Bento XV, de 1918, passou a denominar-se Arquidiocese de Olinda/Recife.

Na Paraíba, a Diocese foi criada em 1892 e desmembrada da então Diocese de Pernambuco. Foi canonicamente instalada no dia 4 de março de 1894, com a chegada do seu 1º Bispo, Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques. No dia 6 de fevereiro de 1914, pela “**Bula Maius Catholicae Religionis Incrementum**”, do Papa Pio X, a Diocese da Paraíba foi elevada a Arquidiocese e a Sede Metropolitana. Na época, compreendia toda a área geográfica dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Aos poucos, foram sendo desmembradas partes do seu território e criadas as Dioceses

¹³ Vale destacar que a ideia de modernidade, no contexto do início do Século XX, era marcada pelas noções de progresso material, científico e urbano.

de Cajazeiras (1914), de Campina Grande (1949), de Patos (1959) e de Guarabira (1980).

A criação da diocese e, depois, arquidiocese da Paraíba, insere-se no processo nacional que é entendido por Lúcia de Fátima Guerra Ferreira como uma estadualização¹⁴ da Igreja. Tratou-se, segundo a autora, de uma estratégia para garantir a expansão de sua estrutura eclesial. Concomitantemente a isso, foram implementadas outras ações, segundo, ainda, a autora:

A Igreja procurava se reciclar institucionalmente na tentativa de reverter o processo de decadência que o período imperial lhe proporcionara, a partir da renovação de sua base de sustentação financeira, da ampliação de sua influência no sistema educacional, além de outras estratégias de ação (1994, p. 59).

O processo de estadualização começou com a criação das dioceses do Amazonas, da Paraíba, de Niterói e de Curitiba¹⁵ e, de fato, a expansão da estrutura eclesial, no contexto da Primeira República, aconteceu num ritmo nunca antes visto¹⁶: “Para efeito de comparação, informa-se que, durante a Primeira República, foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 03 arquidioceses” (FERREIRA, 1994, p. 60).

Especificamente acerca da importância da criação da diocese da Paraíba, assim se pronunciou:

A necessidade de um bispado na Paraíba não precisa de argumentos para prová-la; basta ter em vista a população e extensão das duas províncias da Paraíba e Rio Grande do Norte, o número de suas freguesias, a vastidão da diocese de Pernambuco e sua administração (FERREIRA, 1994, p. 61).

Por fim, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira credita o sucesso da implementação e da consolidação da diocese da Paraíba ao tirocínio de seu primeiro bispo, Dom Adauto, que conseguiu alocar recursos e dotar de organicidade a nova estrutura eclesial que então surgia (1994, p. 104).

¹⁴ Diz respeito a uma política de implementação das dioceses, seguindo as circunscrições territoriais dos estados, para garantir, no Brasil, a cada um deles pelo menos uma diocese.

¹⁵ Instituídas pela “*Bula Ad Universas orbis ecclesias*”, Papa Leão XIII (27/04/1882).

¹⁶ Até 1889, existiam apenas 11 dioceses e uma arquidiocese no Brasil.

3.2.1 Arquivos das arquidioceses da Paraíba e de Pernambuco

O Arquivo Eclesiástico da Paraíba foi organizado durante o período de 1989 a 1992. Na época, o então Arcebispo, Dom José Maria Pires, assinou um convênio com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). Com esse convênio e o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, congregou-se uma equipe de professores, alunos e graduados em História e Biblioteconomia, formando uma equipe de onze pessoas.

A equipe do “Projeto de Organização do Arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba” estava composta da seguinte forma: Coordenação Geral: Professora Dr^a. Rosa Maria Godoy Silveira; Coordenação Adjunta: Professora Dr^a. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e a Professora Zeluíza da Silva Formiga; Assessoria: Professora Gloriete Pimentel Rodrigues; Bolsistas do CNPq: Laudereida Eliana Marques Morais, Tânia Maria da Silva, Edileusa Mota dos Santos, Josineide da Silva Bezerra e Ricardo Grisi Velôso; Equipe da Arquidiocese: Ir. Maria Thereza Bianchini Latgé e Antônio Duarte dos Santos; e Assessoria do Projeto: Professora Dr^a. Heloísa Liberalli Bellotto, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP).

As principais etapas do processo de organização do referido arquivo foram:

- a) Diagnóstico do acervo;
- b) Desinfestação e higienização;
- c) Triagem para descarte ou preservação;
- d) Classificação e ordenação de fundos, grupos, séries e coleções;
- e) Elaboração dos instrumentos de pesquisa.

Do ponto de vista administrativo, o Arquivo Eclesiástico da Paraíba, de acordo com o **Código de Direito Canônico** (Cân. 486 a 490), está subordinado ao Arcebispo e tem como responsável o Chanceler da Cúria, ligado diretamente ao arcebispo, que exerce as funções assistenciais, auxiliado por um notário, que acumula as funções de arquivista e tabelião. O Arquivo foi aberto ao público no dia 27 de abril de 1992, integrando as comemorações do Centenário de criação da Diocese da Paraíba. Seguem, abaixo, algumas imagens do arquivo.



Figura 4: Mesas de pesquisa
Fonte: Site da Arquidiocese da Paraíba



Figura 5: Mobiliário para guarda do acervo
Fonte: Site da Arquidiocese da Paraíba

Já o arquivo de Pernambuco, conforme preconiza o CDC, também está subordinado ao Arcebispo e tem como responsável o Chanceler da Cúria, ligado diretamente ao arcebispo, e que exerce as funções assistenciais, auxiliado por uma notária, que desenvolve a função de arquivista, embora seja bibliotecária de formação. No entanto, por não estar organizado (conforme imagens abaixo), o arquivo descumpre as determinações do CDC, que preconiza, entre outras diretrizes:

- Cân. 486 § 1. Devem-se guardar com o máximo cuidado todos os documentos relativos à diocese e às paróquias.
- § 2. Em cada cúria, seja erigido em lugar seguro o arquivo diocesano, no qual sejam guardados, dispostos em ordem certa e diligentemente fechados, os instrumentos e escritos que se referem às questões diocesanas espirituais e temporais.
- § 3. Faça-se um inventário ou catálogo, com breve resumo de cada escrito, dos documentos contidos no arquivo.



Figura 6: Mesa de atendimento ao usuário
Fonte: Anna Carla Queiroz



Figura 7: Documentação nas estantes de aço
Fonte: Anna Carla Queiroz

4. A ARQUIVÍSTICA E OS ARQUIVOS ECLESIASTICOS

Assim, da informação depende o processo que a produz, ou seja, ela tem de ser vista em ligação com os meios operativos e na interação sistêmica inerente ao processo informacional (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 26).

4.1 ARQUIVÍSTICA: ALGUMAS REFLEXÕES

A disciplina arquivística surge a reboque da Revolução Francesa (1789-1799)¹⁷, quando os documentos passaram a ter o caráter de instrumentos de poder. Na França pré-revolucionária, vigorava um regime político denominado de Absolutismo Monárquico, no qual cabia apenas ao Rei estabelecer as diretrizes e os encaminhamentos dos registros administrativos, relegando ao povo um papel de mero espectador. Com o advento da Revolução, a dinâmica se altera, pois o agora cidadão passou a ter, conhecer e exigir seus direitos, princípios estes proclamados na **“Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”**.

A partir de então, o acesso aos documentos passaram a ter um papel fundamental no desenvolvimento da Arquivística, porquanto o cidadão podia – tendo amplo acesso à informação – contestar e/ou requerer direitos antes impossíveis. Esse direcionamento foi de suma importância, posto que passou a orientar e distinguir dois tipos de acervo¹⁸: o indispensável para a administração pública e aquele que, sendo desnecessário, deve ser conservado como de interesse histórico-cultural (SANTOS, Paulo R., 2010, p. 70).

Ainda em relação a esse contexto, foi criado, em 1790, o Arquivo Nacional da França, primeiro arquivo do gênero no mundo, que tinha por objetivo principal guardar e exibir os atos do governo francês. Com isso, ocorreu também grande amplitude no acesso aos documentos públicos, conforme atesta Schelleberg:

Durante toda a Revolução Francesa, os documentos foram considerados básicos para a manutenção de uma antiga sociedade e para o estabelecimento de uma nova. Os documentos da sociedade antiga foram preservados principalmente e, talvez, sem essa intenção, para usos culturais. Os da nova sociedade foram para a proteção de direitos públicos. O reconhecimento da

¹⁷ Foi uma revolução política da burguesia, classe pujante no Século XVIII, mas politicamente excluída no Antigo Regime, que teria assumido o poder político formal pela revolução e, por meio dela, construído uma nova sociedade baseada na ideologia liberal.

¹⁸ Documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora. Ver: DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 19.

importância dos documentos para a sociedade foi uma das grandes conquistas da Revolução Francesa (2007, p. 27).

Juntamente com a criação do Arquivo Nacional francês, outras conquistas foram significativas para a história dos arquivos. Nesse tocante, Rosely Curi Rondinelli destaca seis marcos históricos significativos, a saber:

- Criação do “Arquivo Nacional da França” (conforme adiantamos acima);
- Fundação da *École Nationale de Chartes*, na França, em 1821, que fortaleceu a Arquivologia como ciência auxiliar da história e, conseqüentemente, a percepção funcional da culturalidade dos arquivos;
- Estabelecimento do Princípio da proveniência, em 1841, a partir do historiador e arquivista francês, Natalis Du Wailly, propondo que os documentos fossem reunidos por fundos¹⁹;
- Surgimento do Princípio da ordem original, em 1898, preconizado principalmente pelo manual dos arquivistas holandeses, expondo o restabelecimento do arranjo²⁰ mais próximo possível da ordem original (ARQUIVO NACIONAL – Brasil -, 1973);
- Após o fim da II Guerra mundial e com o aumento de produção documental, as instituições sentiram necessidade de racionalizar e otimizar o tratamento da informação, surgindo, portanto, uma necessidade de Gestão de documentos²¹;
- Na década de 1980, com a utilização de outras tecnologias, a Arquivística precisou adequar o tratamento dos documentos eletrônicos²² a novos suportes (RONDINELLI, 2005, p. 40).

Já para Silva; Ribeiro (2002), a Arquivística e, conseqüentemente, o processo informacional, apresenta três fases de desenvolvimento. A primeira fase é caracterizada pela Revolução Francesa e suas implicações político-ideológicas, que romperam com o

¹⁹ Conjunto de documentos de uma mesma proveniência (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 97).

²⁰ Seqüência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 37).

²¹ Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, à tramitação, ao uso, à avaliação e ao arquivamento de documentos em fase corrente, intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 100).

²² Gênero documental integrado por documentos em meio eletrônico ou somente acessível por equipamentos eletrônicos, como cartões perfurados, disquetes e documentos digitais. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 100).

modelo de apropriação e custódia²³ da documentação por parte das instituições, proporcionando ao cidadão amplo acesso à informação. Já a segunda fase é iniciada pela formação de “arquivos históricos” – ainda hoje muito difundidos – criados para preservar a memória daquele novo Estado francês, devido a “entrada” de historiadores nos arquivos, uma vez que, para realizarem suas pesquisas eles precisavam organizar os documentos. Essa perspectiva foi ainda consubstanciada com o advento da Revolução Industrial e a especialização e parcelização do trabalho, reflexo dessa nova sociedade, que saiu do mundo das fábricas e se difundiu na Arquivística, através de duas frentes: uma na custódia dos documentos e outra, seu processo de avaliação²⁴. Por fim, a terceira fase apresenta a incorporação da Arquivística à Ciência da Informação, em que os arquivos surgem como sistemas de informação, cujas questões, necessidades e respostas não estão mais sendo resolvidas pelas noções de fundo e na teoria das três idades²⁵ ou ciclo vital²⁶.

No Brasil, alguns autores da comunidade arquivística, como José Maria Jardim, Maria Odila Fonseca e Heloísa Bellotto, creditam à década de 1970 o início efetivo dessa disciplina, embora o Arquivo Nacional Brasileiro tenha sido criado muito antes disso, em 1838. Em 1971, foi criada a Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, com o objetivo de coordenar as atividades na área. Pela sua importância, algumas conquistas da Associação merecem ser destacadas:

- A instituição de congressos brasileiros promovidos regularmente;
- Criação do primeiro periódico da área, a Revista **Arquivo & Administração**, publicação que se manteve regular até 1999;
- Criação de cursos de Arquivologia em nível superior, aprovado pela Câmara em 1972. Hoje são 15 cursos ao redor do Brasil, dois na Paraíba (STROHSCHOEN, 2009);
- Criação da Lei N^o 6.546/78, que regulamenta a profissão de arquivista e técnico de arquivo.

²³ Responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivo, independente do vínculo de propriedade. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 62).

²⁴ Processo de análise de documentos de arquivo que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhe são atribuídos. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 49).

²⁵ Teoria segundo a qual os arquivos são considerados arquivos correntes, intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primário e secundário. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 160).

²⁶ Sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo, da sua produção à guarda permanente ou eliminação. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 47).

Essas mudanças podem parecer pouco significativas, mas alteraram, de forma substancial, o panorama da Arquivística no Brasil. Em 1991, por exemplo, surgiu a Lei 8.159, que dispõe sobre a **Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados**. Essa lei veio acompanhada de mudanças significativas na política brasileira, quando o Brasil vivia a transição do regime ditatorial para o regime democrático. A Constituição brasileira de 1988 já previa em seu Art. 5º que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; (...) XIXIXI - todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado (BRASIL. Constituição – 1988, p. 05).

Vê-se, assim, que a lei maior do Brasil preconiza, entre outros elementos, o livre acesso a informação e a regulamentação da gestão documental e da custódia dos documentos de arquivo como um dever do poder público.

4.1.1 Desenvolvimento do conceito de arquivo

Assim como a Arquivística apresentou mudanças ao longo do tempo, os conceitos de arquivo acompanharam conjuntamente essas transformações. Assim, iniciaremos, a seguir, a apresentação e sistematização de alguns conceitos de arquivo, partindo da definição inscrita no “**Manual dos Arquivistas Holandeses**”, de 1898, marco inaugural da Arquivística:

Conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por um órgão administrativo ou por parte de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer sob a custódia desse órgão ao funcionário (MULLER et al *apud* SCHELLENBERG, 2007, p. 36).

Esse conceito de arquivo, embora pareça simplista, definiu uma necessidade premente, embora não apresente encaminhamentos para a destinação dos documentos, e se preocupou, essencialmente, com sua guarda. É válido e imprescindível destacar que

os documentos de arquivo surgem naturalmente e com objetivos determinados, assunto que discutiremos com maior profundidade adiante.

Continuando, entre outras definições de arquivo, destacamos as seguintes:

Documentos produzidos ou usados no curso de um ato administrativo ou executivo (público ou privado) de que são parte constituinte (sic) e, subsequentemente, preservados sob a custódia da pessoa ou pessoas responsáveis por aquele ato e por seus legítimos sucessores para sua própria informação (HILARY JENKINSON *apud* SCHELLENBERG, p. 36).

Acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa (EUGENIO CASANOVA *apud* SCHELLENBERG, p. 37).

Conjunto de papéis e documentos que propalam as atividades legais ou de negócios de uma pessoa física ou jurídica e se destinam à conservação permanente em determinado lugar como fonte e testemunho do passado (ADOLF BRENNEKE *apud* SCHELLENBERG, p. 37).

Para tentar resolver a questão da destinação dos documentos, no início do século XX foi desenvolvida, inicialmente, na Itália, a chamada “teoria das três idades”, segundo a qual os documentos passariam por “estágios de evolução”, seguindo determinados critérios destinados à sua guarda permanente ou à sua eliminação.

Nos Estados Unidos – no contexto pós-Segunda Guerra Mundial – o conceito da “teoria das três idades” foi amplamente difundido e criou “fases” para os documentos, solução para diminuir o volume das massas documentais em apenas um ambiente. Para Silva et al (1999), isso gerou um efeito “perverso”, decorrente da criação de grandes depósitos, muitas vezes abandonados. Entretanto, essa separação de “ambientes” desarticula as unidades sistêmicas dos arquivos, característica que lhes é inerente.

Tentando resolver essas e outras questões, surge, nos EUA, o conceito de *Record management*, que apregoava que a Arquivística deveria “divorciar-se” da história, na proporção inversa em que deveria aproximar-se da Administração. Tomando por base essa premissa, Schellenberg definiu o documento nos seguintes termos:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies de documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados nele contidos (SCHELLENBERG, 2007, p. 41).

Já os arquivos foram definidos assim pelo mesmo autor:

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente (SCHELLENBERG, 2007, p. 41).

Ainda para Schellenberg, a definição de arquivos deve, portanto, coadunar-se com as realidades e necessidades de cada país e/ou região. Em sua perspectiva, é na seleção dos documentos que consiste o “grande problema” do arquivista: selecionar entre um grande volume de massas documentais, dos mais diversos gêneros, tipos e suportes, o que deve ser preservado ou não²⁷.

4.1.2 Os arquivos eclesiásticos: estrutura e organicidade

No ano de 2000, o Banco Mundial contratou a Fundação Histórica Tavera²⁸, com o objetivo de realizar um amplo diagnóstico do patrimônio arquivístico da América Latina (SANTOS, 2005, p. 112). A primeira grande constatação do estudo, em relação aos arquivos eclesiásticos brasileiros, é o fato de eles representarem quase um terço do montante dos arquivos brasileiros. Outra característica importante reside no fato de a maioria desses arquivos estar sob controle das paróquias, o que, aliás, parece-nos bastante óbvio, considerando o número delas, se comparado ao número de dioceses existentes.

A pesquisa demonstrou que, embora os arquivos eclesiásticos do Brasil tenham uma regulamentação própria (CDC), os acervos não seguem a rigor o regulamento interno para normatizar suas atividades de organização e acesso à informação arquivística. Quanto à estrutura de conservação dos documentos, Cristian Santos afirma:

Dentre todos os tipos de arquivos pesquisados, os fundos documentais religiosos foram os piores em quatro quesitos: controle contra pragas; adoção de medidas contra umidade e controle de temperatura; prevenção contra incêndio e quanto às condições de segurança (2005, p. 117).

Outro elemento que chama a atenção na pesquisa da FHT, em relação a esse

²⁷ No Brasil, o arquivo é definido como um “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do suporte”. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 27).

²⁸ Doravante, utilizaremos a sigla FHT.

aspecto, é a quase total ausência de medidas práticas de segurança contra roubos e incêndios, fato que, segundo o autor, denota um grande desinteresse por parte das dioceses em relação à organização e à manutenção adequada de seus arquivos. Esse desleixo também se reflete no baixo índice de pesquisa científica realizada nesses arquivos, se comparado com outros acervos.

Nosso foco de estudo, os arquivos eclesiásticos da APB e da AOR, inserem-se no campo dos arquivos privados, os quais, de acordo com a Lei 8.159/1991, em seu artigo 11, consideram “os arquivos privados como conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”²⁹. Ainda de acordo com essa lei, podem assumir um caráter especial, pois, caso sejam identificados como de interesse público, especialmente os documentos produzidos até a extinção do regime de padroado, logo podem ser fontes relevantes para a história e o desenvolvimento da ciência no Brasil. O CDC atual distingue basicamente cinco tipos de arquivos eclesiásticos, a saber:

- O Diocesano corrente;
- O Diocesano secreto;
- O Diocesano histórico;
- Os das Igrejas catedrais, colegiadas e paroquiais;
- O administrativo.

Grosso modo, em razão de seu valor histórico e cultural para o conjunto da sociedade e por seu valor como patrimônio cultural da Igreja, essa divisão pode ser congregada em dois tipos principais de arquivos da Igreja:

- O Diocesano;
- O Paroquial.

No que diz respeito à gestão, à responsabilidade e à custódia sobre o acervo da Igreja, tem destaque a figura do bispo, em relação aos arquivos diocesanos, e a dos párocos, em relação aos documentos paroquianos. Quanto aos arquivos diocesanos, o CDC de 1983 prevê a instituição da figura de um *chanceler* para zelar pela guarda dos documentos da cúria. Assim, o bispo e o chanceler corporificam a função de seus

²⁹ Lei 8.159/91 de 08 de janeiro.

notários.

Seria importante que os arquivos religiosos se distribuíssem, hierarquicamente, em outras instâncias ou esferas de poder, que fazem parte da Igreja Católica, em que cada unidade hierárquica tem um arquivo. Esses arquivos estão intimamente ligados às instituições eclesiais e estão divididos da seguinte forma: o arquivo arcebispo; os arquivos episcopais ou diocesanos e os arquivos paroquiais. Aqui, como já adiantamos, optamos por abordar os arquivos episcopais diocesanos.

Já quanto às tipologias dos documentos, segundo o CDC de 1983, podem ser classificados em:

TABELA 1 : TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS SEGUNDO O CDC
1. Documentos e escrituras diocesanas
2. Registros de ordenação;
3. Registros de fundações de pias;
4. Registros de dedicação e bênção de igrejas e cemitérios;
5. Atas de escrutínios;
6. Registros de admoestações e repreensões aplicadas pelo Ordinário;
7. Resumo de ações penais e processos de natureza criminal;
8. Inventário de patrimônio material da Diocese;
9. Documentos relacionados aos direitos patrimoniais da Igreja;
10. Livro de registro de celebração secreta de matrimônio;
11. Documentos de investigação prévia de um delito (atas, decretos);
12. Assentos de batismo, matrimônio e óbito;
13. Correspondências.

Quanto à questão da estrutura, é importante lembrar que, no Brasil, a história da

Igreja Católica começa com a colonização portuguesa nessas terras. Conforme adiantamos, durante todo o período colonial e imperial, houve, pelo sistema de padroado, intensa comunhão entre o Estado e a Igreja. A primeira Diocese brasileira surgiu em 1550, com sede na atual cidade de Salvador, na então capitania da Bahia de Todos os Santos. No decorrer do período colonial, esse primeiro bispado foi subdividido progressivamente, e vários outros foram sendo criados. Assim, no término do período, este era o quadro das Dioceses brasileiras, com suas respectivas datas de criação:

TABELA 2: CRIAÇÃO DAS DIOCESES BRASILEIRAS	
	ANO
1. São Salvador da Bahia	1550
2. São Sebastião do Rio de Janeiro	1676
3. Olinda	1676
4. São Luís do Maranhão	1677
5. Belém do Grão-Pará	1719
6. São Paulo	1745
7. Mariana	1745
8. Goiás	1826
9. Cuiabá	1826
10. São Pedro do Rio Grande do Sul - atual Porto Alegre	1848
11. Diamantina	1854

5. A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS ECLESIAÍSTICOS

Não obstante o que por vezes parece pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio (sic) dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, nos mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontram posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações (LE GOFF, 2003, p. 544).

Em decorrência da “explosão” informacional ocorrida nos últimos anos e levando-se em consideração o advento de novas necessidades da “sociedade da informação” – a questão do acúmulo de informação *versus* sua necessidade de preservação – discutiremos, nesta seção, o papel dos arquivos como “lugares de memória” (NORA, 1984), ou seja, os arquivos como agentes de interlocução entre a informação arquivística (produzida e recebida) e os usuários. Para tanto, centraremos a reflexão na questão da memória nos arquivos como representação social e suas problemáticas.

Contemporaneamente, vários estudos têm se debruçado sobre o tema memória, sobretudo pesquisas financiadas por instituições, sejam elas de caráter público ou privado. Assim, os termos resgate, preservação, conservação e recuperação são conceitos atualmente imprescindíveis nesse tipo de análise. Nesse sentido, Ulpiano Bezerra Meneses (1999) chama a atenção para o que ele denomina de “problemáticas da memória”, oriundas, atualmente, a um só tempo, da “efervescência e da crise da memória”.

A “efervescência da memória” seria, então, a necessidade de o usuário adquirir mais informação, seja para reivindicar algum direito ou algum tipo de reconhecimento de identidade social, étnica ou profissional³⁰.

³⁰ Para a antropologia, o conceito de identidade serve para uma infinidade de abordagens diferentes. Roberto da Matta, por exemplo, entende que a construção da identidade social é feita através de afirmativas e negativas, a partir de posicionamentos dos indivíduos diante das situações do cotidiano. Uma pessoa cria sua identidade ao se posicionar diante das instituições, ao responder às situações sociais mais importantes da sociedade: como o indivíduo entende o casamento, a Igreja, a moralidade, as artes, as leis etc., é o que define sua identidade social (SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H., 2006, p. 203).

Já a “crise da memória” se define como sendo a instabilidade gerada pela dificuldade de se conseguir organizar e disponibilizar muita informação. Dessa maneira, com o aumento da busca pela informação, os sistemas de informação, sobretudo os arquivos, sentiram que era preciso organizar melhor seus acervos. Ainda segundo o autor, a crise da memória apresenta cinco dimensões, a saber:

- A epistemológica;
- A técnica;
- A existencial;
- A política;
- A socioeconômica.

A dimensão epistemológica a que se refere o autor consiste na relação do passado com as representações do presente, ou seja, a ligação do passado com o presente e suas implicações, a alienação e a amnésia.

Já a dimensão técnica é definida como a disseminação de informações, que surgiu na transição das sociedades orais para as escritas, impulsionada, posteriormente, pelo advento da imprensa e outras tecnologias correlatas.

A dimensão existencial se refere às práticas sociais e é determinante para a eficácia e as funções da memória. Essa dimensão pode ser definida como que Pierre Nora denominou de “lugares de memória” (locais de material simbólico e funcional. Ex: museus, arquivos, bibliotecas), ou seja, a criação de patrimônios culturais, numa tentativa de “dramatizar e encenar” memórias, tentando reduzir as distâncias entre o passado e o presente, criando um elo identitário entre o sujeito e suas lembranças.

A dimensão política é caracterizada pelo “silenciamento” da memória, ou seja, a criação de amnésias na sociedade. Práticas propositais de algumas instituições e nas mais diversas esferas do poder. Citemos, por exemplo, o Estado da Paraíba, que mantém em situação de degradação grande parte de seus acervos arquivísticos.

O quinto e último aspecto, a dimensão socioeconômica, está presente nas demais e é exposta na sociedade e na economia da informação. Esses aspectos interferem diretamente na “construção da memória”, pois estão intimamente relacionados com a ética e os custos dos serviços de informação. Vale salientar, ainda, que a informação, ao

longo do tempo, incorpora, crescentemente, conotações de valor, mercadoria, implicações que atingem diretamente os sistemas de informação (museus, arquivos e bibliotecas).

Importante frisar que o conceito de memória surgiu ainda na Antiguidade, mais especificamente com os gregos que, em sua mitologia, acreditavam que a deusa Mnemosyne³¹ personificava a memória. Era aquela que preservava o esquecimento, a divindade do alento frente aos perigos da infinitude e aos perigos do esquecimento que, na cosmogonia grega, aparece como um rio, o Lethe, que cruza a morada dos mortos (o de "letal" esquecimento), o Tártaro, e de onde "as almas bebiam sua água quando estavam prestes a reencarnar e, por isso, esqueciam sua existência anterior" (BULFINCH, 2002, p. 15).

Em nossa análise, não nos atemos aos inúmeros conceitos que o verbete memória³² adquire e de que se reveste, atualmente, nos mais variados campos do conhecimento: Psiquiatria, Ciências Sociais, História, Ciência da Informação, Biologia, entre outros. De acordo com os nossos objetivos, optamos por abordar tal conceito no âmbito da Filosofia, da História, da Sociologia e da própria Ciência da Informação, para balizá-la.

Para Le Goff (2003, p. 423), a memória é a propriedade de conservar certas informações e que nos remete inicialmente a um conjunto de funções psíquicas, que o homem utiliza para atualizar informações passadas. Já o sociólogo Maurice Halbwachs (2006, p. 73) apresenta duas definições, memória individual e coletiva, que dialogam o tempo todo e entram num processo de retroalimentação:

Haveria, portanto, motivos para distinguir duas memórias, que chamaríamos, por exemplo, uma interior ou interna, a outra exterior ou então uma memória pessoal e a outra, memória social. Mas exatamente ainda [...] diríamos

³¹ **Mnemósine**, a deusa grega da memória, era considerada uma das mais poderosas de seu tempo. Na Antiguidade, acreditava-se que a memória era uma dádiva que nos distinguia de outras criaturas no mundo animal. É a dádiva que nos permite ter a razão, prever e antecipar acontecimentos, é a base do início da civilização.

³² 1- Faculdade de conservar ou readquirir ideias ou imagens; 2 - Lembrança, reminiscência; 3 - Monumento para comemorar os feitos de alguma pessoa ilustre ou algum sucesso notável; 4 - Apontamento para lembrança; 5- Memorial; 6 - Nota diplomática; 7 - Documento em que a parte expõe a sua defesa ou o seu pedido e que junta aos autos; 7- Aquilo que serve de lembrança; vestígio; 8 - Em sentido geral e abstrato, a capacidade dos organismos vivos de se aproveitarem da experiência passada, em virtude da qual passam a ter uma história; fundamento do aprendizado, em geral, em qualquer de seus aspectos (motor, emocional, verbal, consciente, inconsciente); 9 - Espaço de armazenamento num sistema de computador ou meio, que é capaz de reter dados ou instruções; 10 - Narrações de caráter pessoal, escritas para servirem de subsídio histórico; 11 - Escritos em que o autor só trata de acontecimentos que lhe dizem respeito ou dos pertencentes à sua época e em que é mais ou menos interessado (WEISZFLOG, 2009).

memória autobiográfica e memória histórica. A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte da história em geral (2006, p. 73).

Para o filósofo Paul Ricoeur (2007, p. 155), o conceito de memória apresenta diversas feições, conforme adiantamos acima. Entre eles, chama especial atenção o que o autor denomina de “memória arquivada”, ou seja, testemunho de um ato/fato do passado num registro material. No seu entendimento, houve um movimento para que as coisas ditas no passado se transformassem em testemunho escrito - a “memória declarativa”, ou seja, uma exteriorização da oralidade para a escrita. Esse aspecto é facilmente percebido nos arquivos, pois todo documento de arquivo é criado com determinadas finalidades: administrativa, fiscal, laboral, dentre outras.

Ainda segundo Ricoeur, foi nesse momento de transição da oralidade para a escrita que surgiram os arquivos, configurando-se como depósitos das inscrições de testemunhos do passado, lugares de objetos coligidos, conservados e consultados, conforme afirma na citação abaixo:

(...) instituições específicas dedicadas à coleta, a conservação, à classificação de uma massa documental tendo em vista a consulta por pessoas habilitadas. O arquivo apresenta-se assim como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral e do rastro afetivo, a saber, o rastro documental. Mas o arquivo não é apenas um lugar físico, espacial, é também um lugar social (2007, p. 177).

Paul Ricoeur concebe, então, que o arquivo ultrapassa a função de um mero depósito de “papéis velhos” para se tornar “lugar de memória”, não apenas memórias individuais, mas, sobretudo, memórias coletivas. Também para Pierre Nora, a memória verdadeira, transformada por sua passagem em história, dá lugar a uma memória arquivística, “à constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar” (NORA, 1984, p. 15).

Na Ciência da Informação, como exemplo do que pensa Olga Rodrigues de Moares Von Simson (2000, p. 35), a memória é definida como a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações, através de diferentes suportes. A esse respeito, Icléia Thiesen M. Costa assim se expressa:

A informação é um conjunto de elementos selecionados pelos indivíduos, dentre uma imensa variedade de itens existentes no mundo exterior. Como um embrião, a informação forma e contém (informação). A repetição dessas impressões [conservadas], ao longo do tempo, encarrega-se de transformar itens selecionados de informações em marcas, traços que constituem o que,

convencionalmente, chamamos memória. a memória então conserva as informações que vão sendo retidas num processo de seleção. [...] Nesse sentido, as informações retidas, que passaram pelo filtro individual (que é também social) são organizadas e recriadas no presente, dentro de um processo dinâmico (2006. p. 17).

Para Le Goff, só “sobrevivem” como memória coletiva de tempos passados não apenas os conjuntos dos monumentos e documentos que existiram, mas o resultado de uma escolha efetuada pelos historiadores e pelas formas que operam em cada época histórica (LE GOFF, 2003, p. 535). No entanto são os arquivistas que organizam essa memória, assim, propomo-nos aqui discutir como se dá construção da memória nos arquivos, sobretudo nos eclesiásticos, nosso objeto de estudo.

É imprescindível frisar que a informação contida nos arquivos não pode ser pensada fora de seu contexto social, mas dentro de uma perspectiva sistêmica³³, em que os canais e os agentes se relacionam entre si, como afirma A. Malheiro da Silva:

A informação não pode ser pensada fora de um contexto social. Ou fora de uma organização. Ela é essencialmente relacional e, portanto, organizativa e organizadora. Sua mensagem ou sentido dependem da relação entre emissor e a compreensão do observador que podem atribuir significado, qualidade, valor ou alcance a informação (SILVA et al, 1999, p. 25).

Desde a Antiguidade, a humanidade vem demonstrando uma necessidade de preservar sua história e, conseqüentemente, sua memória. Foi assim, por exemplo, com os mesopotâmicos e suas placas de argila, os egípcios, com seus papiros, os gregos e suas bibliotecas, e hoje, nos modernos centros de documentação. No decorrer da evolução tecnológica da humanidade, a necessidade de preservação continuou, embora os suportes fossem se aprimorando.

Ainda em relação à preservação, ela está associada inicialmente, segundo A. Malheiro Silva, a uma tradição de estudo e de valorização de objetos portadores de potencial intelectual e artístico da humanidade, através da Biblioteconomia, da documentação, da Arquivística, da Paleografia, da Diplomática entre outras (SILVA, Armando M., 2007, p. 15).

É a partir dos sistemas de informação, sobretudo nos arquivos, que os cientistas sociais constroem e/ou reconstróem o mundo a partir dos documentos produzidos pelo homem. Essas práticas são consideradas de ordem cultural. Para alguns autores, a

³³ Nesse “novo” paradigma, a informação é encarada sistemicamente, interagindo e sendo analisada em suas diversas matizes e em seus diversos contextos, agentes e canais.

cultura abrange as realizações materiais e espirituais de um povo. Cultura é tudo o que é produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças:

A cultura é a emergência fundamental própria da sociedade humana. Cada cultura concentra em si um duplo capital: por um lado, um capital cognitivo e técnico (práticas, saberes, saber-fazer, regras); por outro lado, um capital mitológico e ritual (crenças, normas, proibições, valores). É um capital da memória e organização, como é o patrimônio genético para o indivíduo. A cultura dispõe, como patrimônio genético, de uma linguagem própria (mas muito diversificada), que permite a rememoração, a comunicação, a transmissão desse capital de indivíduo e de geração em geração. O patrimônio hereditário dos indivíduos está gravado no código genético; o patrimônio cultural herdado está gravado, em primeiro lugar na memória dos indivíduos (cultura oral), depois escrito na lei, no direito, nos textos sagrados, na literatura, nas artes. Adquirida em cada geração, a cultura é continuamente regenerada. Constituiu o equivalente a um Genos sociológico, ou seja, a um enagrama-programa, que garante a regeneração permanente e complexidade social (MORIN *apud* SILVA, 2007, p. 15).

No artigo, **A invenção da memória nos arquivos públicos**, José Maria Jardim discute o conceito de memória direcionado para os arquivos, bem como as diversas práticas que norteiam a construção de patrimônios documentais (JARDIM, 1995). Esses acervos são escolhidos mediante critérios estabelecidos pelas intuições e que tenham um caráter relevante para elas. Ainda em seu texto, J. M. Jardim busca estabelecer algumas relações entre os arquivos e a memória. Para Londolini, essas relações são recorrentes no pensamento e nas práticas arquivísticas, pois,

(...) desde a mais alta Antiguidade, o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria ‘memória’, inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de graffiti (sic) e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado (...). A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos. A vida mesma não existiria – ao menos sob a forma que nós conhecemos – sem ADN, ou seja, a memória genética registrada em todos os primeiros ‘arquivos’ (LONDOLINI *apud* JARDIM, 1995, p. 04).

Nesse sentido, acreditamos que os conjuntos documentais produzidos, acumulados e preservados nos arquivos não devam ser definidos compartimentadamente como material de arquivo, mas como conjuntos de dados constitutivos da memória (BELLOTTO, 2007, p. 270). Para A. Malheiro Silva, sem a memória não seria possível contextualizar, conhecer e armazenar a informação. Ainda no entendimento desse autor, o tratamento técnico visa à criação de “memórias”

passíveis de serem utilizadas (SILVA et al, 1999, p. 27). Portanto as “representações” da memória estão intimamente ligadas à organização dos suportes materiais neles contidos, e o acesso à informação contida nos mais diversos suportes. É nesse momento em que as instituições agem com suas políticas de transparência ou silenciamento da memória, como afirma Ferreira:

A construção da memória nos arquivos passa pela ação das forças sociais em constante luta pelo controle e exercício do poder, e pela determinação do que se quer passar à posteridade como verdade. Tanto a memória individual como a coletiva têm como referencial as lembranças marcadas pela oralidade, mas convencionou-se usar o termo memória histórica para nominar as lembranças individuais e/ou coletivas registradas quer em documentos, quer em monumentos (1995, p. 50).

O arquivo deve, então, constituir-se da memória de uma instituição, objetivando ser um lugar de elaboração e conservação da memória coletiva. Os arquivos assumem fundamental valor, pois, como refere Maria Odila Fonseca (1996; 1999; 2007), eles se constituem como “lugares na memória”:

[...] conceito de memória é crucial... Torna-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le GOFF *apud* FONSECA, 1996, p. 32).

Em 2010 na Paraíba no PPGCI-UFPB, foi defendida a dissertação **Instituições-memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-PB** de autoria de Ilza da Silva Frago (2010). A autora constrói o conceito de arquivo ao defini-lo como sendo uma instituição-memória, (assim como os museus, bibliotecas, centros de documentação, dentre outros) que vem a ser:

[...] órgãos públicos ou privados, instituídos social, cultural e politicamente, com fim de preservar a memória, seja de um indivíduo, de um segmento social, de uma sociedade ou de uma nação: que tem funções de socialização, aprendizagem e comunicação, e disponibiliza informação patrimonial como fonte de pesquisa na formação de identidades, na construção da história e na produção de trabalhos científicos (p. 69).

Complementaríamos a definição da autora ao afirmarmos que são nos arquivos que se “fabricam” as memórias registradas dos documentos de uma determinada

sociedade. Essas memórias vão sendo definidas ou silenciadas nas políticas institucionais, de conservação/preservação e ou restauração de acervos.

Do ponto de vista técnico, é no processo de avaliação³⁴ e seleção³⁵ de documentos que ocorre a “construção da memória” nos arquivos. As instituições vivem hoje um momento de vasta produção documental, bem como uma gama de diversidades de suportes informacionais, contrastando com a carência de recursos financeiros e arquivísticos. Na Arquivística, a avaliação constitui-se em atividade essencial, para o bom desempenho das atividades de gestão de documentos no sistema, na medida em que define quais documentos serão preservados para fins administrativos ou de pesquisa e em que momento poderão ser eliminados ou destinados aos arquivos, segundo o valor e o potencial de uso que apresentam para a administração que os gerou e/ou para a sociedade. Vale ressaltar que esses prazos devem ser estabelecidos numa tabela de temporalidade³⁶.

Jaime Robredo (2004) sinaliza que, mesmo após a evolução tecnológica, as instituições não conseguem estabelecer diretrizes para o processamento técnico de seus acervos, por diversas questões, sejam de ordem financeira, ou pela ausência de recursos humanos. Sobre isso, o autor enuncia:

Apesar do tempo transcorrido e dos impressionantes avanços tecnológicos das últimas décadas, não se conseguiu ainda estabelecer uma doutrina, uma filosofia, se assim pode-se dizer, sobre como proceder no processamento técnico dos documentos e das informações neles contidas. A unanimidade dentro de cada uma das profissões da documentação ainda está bem longe de ser atingida, e muito mais longe ainda entre os arquivistas, os bibliotecários e os documentalistas em geral. E isso apesar dos esforços das organizações e associações profissionais assim como os organismos internacionais diretamente interessados e envolvidos no problema de tratar os documentos e de organizar a informação (p. 02).

Assim, a avaliação constitui o elemento vital de um programa de gestão de documentos, ao permitir a racionalização do fluxo documental no sistema, ou seja, a partir da implementação de um programa de gestão de documentos, que viabilizará o

³⁴ Processo de análise de documentos de arquivo, que estabelece os prazos de guarda e de destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.41).

³⁵ Separação dos documentos de valor permanente daqueles passíveis de eliminação, mediante critérios e técnicas previamente estabelecidos em tabela de temporalidade. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 152).

³⁶ Instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda, tendo em vista a transferência, o recolhimento, o descarte ou a eliminação de documentos. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 159).

acesso à informação de forma eficaz. O processo de avaliação segue procedimentos que visam alcançar resultados mais amplos, como a elaboração da TTD. A avaliação segue alguns objetivos, tais como:

- Reduzir a massa documental;
- Agilizar a recuperação dos documentos e das informações;
- Ter eficiência administrativa;
- Conservar melhor os documentos;
- Racionalizar a produção e o fluxo de documentos;
- Liberar espaço físico.

Numa perspectiva custodial a avaliação é feita levando-se em conta o valor dos documentos, que apresenta dois conceitos distintos:

- **Valor primário** – Refere-se aos aspectos gerenciais e à demanda de uso que eles recebem por conta da administração que os produziu. Trata-se de documentos de valor imediato: administrativo, legais e fiscais;
- **Valor secundário** – Diz respeito às possibilidades de utilização dos documentos por usuários que o procuram por razões distintas ligadas à pesquisa histórica. Podem-se considerar dois tipos de valores secundários dos documentos: o valor probatório e o valor informativo. O primeiro se refere à história e à ação do órgão e ao valor informativo dos aspectos econômicos, políticos, de pesquisa, sociais e estatísticos.

Vale ressaltar que, nos arquivos da APB e da AOR, não foram encontrados documentos de valor primário, apenas os de valor permanente.

Lúcia de F. Guerra Ferreira aponta para uma questão importante para o processo de avaliação e seleção de documentos na instituição:

A arquivística visa, entre outros objetivos, proporcionar a organização e acondicionamento dos documentos, quer textuais, audiovisuais ou de outra natureza, bem como as vias de acesso à informação de forma rápida e eficaz. Todavia, por mais objetivas e precisas que sejam as regras e técnicas, não se pode afirmar a equivalência entre a objetividade e a neutralidade na Arquivística. De forma consciente ou inconsciente, o arquivista no desempenho de seu trabalho, deixa marcas da subjetividade ou da teoria que fundamenta a sua visão de mundo. Essa subjetividade vem à luz,

especialmente, nos momentos cruciais de opção pelos grupos documentais ou temas a serem objetos de catálogos, exposições, publicações, etc. (FERREIRA, 1995, p. 51).

Na perspectiva pós custodial, defendida por Silva; Ribeiro (2002), os processos de avaliação de informação são operações metodológicas. Os autores dividem a avaliação em três áreas distintas, a saber: a avaliação do desempenho de serviços de informação, a avaliação dos instrumentos de recuperação e a avaliação do fluxo informacional.

A avaliação de desempenho procura estabelecer, dentre outros critérios, a mensuração da qualidade dos serviços de informação prestados, estabelecendo padrões, a exemplo do ISO, e normas para o sistema de “gestão da qualidade”. A avaliação dos instrumentos de recuperação da informação, procura enfatizar os critérios para avaliar a qualidade da organização e representação da informação, ou seja, a qualidade do tratamento técnico sendo medida a partir das necessidades do usuário.

No entanto é na terceira área, a avaliação do fluxo informacional, que se assenta nossa discussão sobre avaliação dos documentos de arquivo. Para Silva; Ribeiro (2002), essa pode ser a prioritária no âmbito das atividades da CI, pois é nesse momento que se estuda e acompanha, com soluções teórico-práticas, a criação, a circulação, o armazenamento, a recuperação e a difusão da informação.

Os autores elencam três indícies essenciais para o processo de avaliação do fluxo informacional, são eles:

- A pertinência: corresponde ao trinômio (razão de ser do documento, sua estrutura orgânica e função para os quais foi criado);
- A densidade: faz jus ao documento/ato administrativo, seja ele primário/original ou secundário (resumo ou síntese);
- A frequência: repetição dos atos/documentos.

Quanto ao aspecto de seleção e eliminação de documentos, no âmbito dos arquivos eclesiásticos, ele deve ser obedecido por critérios e pela legislação vigente, no caso dos arquivos eclesiásticos pelo CDC. Especificamente, o cânone 487 § 2 diz que, a cada ano, sejam destruídos os documentos das causas criminais em matéria de costumes, cujos réus tenham falecido, ou que já tenham sido concluídas há dez anos, com sentença condenatória, conservando-se breve resumo do fato como texto da sentença definitiva.

J. M. Jardim afirma também que o processo de avaliação é um mal necessário à preservação da memória, pois não se pode preservar toda a informação produzida por uma instituição, visto que, além de inviável economicamente, é impossível (1995, p. 07).

É válido lembrar que todo documento arquivístico tem valor de prova, pois são decorrentes de atividades da organização que os produziu (SCHELLENBERG, 2007, p. 56) e testemunhos privilegiados e objetivos de todos os componentes da vida da pessoa física ou jurídica que os constituiu (ROUSSEAU; COUTURE, 2004, p. 34).

Ato contínuo, disso decorre a seguinte inquietação: O que devemos preservar? Como resposta, J. Robredo aponta as seguintes soluções:

- Conscientizar as lideranças de todos os setores da instituição de que a informação é um recurso estratégico importante para a tomada de decisões e a preservação da memória social;
- Investir maciçamente na formação de recursos humanos capazes de encontrar boas soluções para os problemas de tratamento da informação nas instituições. Nesse caso, as universidades podem contribuir decisivamente.

Marcos Galindo Lima (2005), em seu texto, “**Tragédia da memória**”, discute dentre outros aspectos, a dicotomia manifestada na natureza humana de conquistar e guardar conhecimento (como elemento de agregação de poder) *versus* o descaso com a responsabilidade de preservar. Ele denomina de “cavaleiros da tragédia da memória”³⁶ a umidade do ar, as temperaturas elevadas, os agentes biodegradáveis, a incúria humana e faz uma denúncia do descaso com a documentação da Faculdade de Direito da UFPE, realidade comum em boa parte dos arquivos brasileiros.

A organização dos arquivos deve, então, levar em conta o tratamento, a organização e a disseminação (via instrumentos de pesquisa) de informação de forma eficiente, pois é com a organização de seus acervos que a instituição vai transmitir para a sociedade a sua imagem. Portanto, os órgãos não devem deixar que as intempéries, o descaso e o abandono destruam os documentos, verdadeiros registros materiais que, além de pertencer à instituição, são a memória coletiva de uma sociedade.

6. O ACESSO EM QUESTÃO

Numa perspectiva custodial, a principal razão de ser dos arquivos é tornar acessíveis suas informações, mediante a necessidade de seu usuário. Já numa perspectiva pós custodial essa visão se torna bem mais abrangente, pois atribui também aos arquivos atividades administrativas, bem como a possibilidade de se produzir ciência. No **“Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística”** (2005, p. 19), são apresentados dois significados para esse verbete:

1. Possibilidade de consulta a documentos e informações;
2. Função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização.

Para Fernanda Ribeiro, o acesso à informação nos arquivos pode ser definido como a disponibilidade de qualquer suporte informativo para consulta, como resultado de uma autorização legal para o efeito, ou mesmo da existência de instrumentos de acesso adequados (RIBEIRO, 2003, p. 54). Vale destacar que a autorização legal precede as condições de acesso, propriamente dito, ao documento. A qualidade da prestação de serviço de um arquivo pode ser medida a partir da existência e da utilização de mecanismos de recuperação da informação.

A título de ilustração, observamos, na pesquisa de campo, que apenas uma Instituição, o arquivo da APB, apresenta instrumentos de recuperação da informação, como: catálogos, índices, sumários entre outros. Sem esses elementos, seria difícilimo ou inviável o acesso aos documentos, pois, como a recuperação da informação é uma condição inerente a qualquer sistema de informação, a qualidade dos instrumentos de recuperação é uma condição essencial.

Cabe-nos, entretanto, ressaltar que as instituições religiosas estão inseridas no regime jurídico de direito privado, que são divididas em duas categorias: as estatais e as particulares. Nessa classificação, a caracterização recai sobre a “constituição da pessoa”, visto que as estatais têm seu capital gerado a partir do Poder Público, a exemplo das sociedades de economia mista e empresas públicas. Já nas particulares, os recursos são próprios, no entanto podem assumir algumas formas diferentes, tais como:

de fundação, associação, cooperativa, sociedade, partidos políticos e instituições eclesiásticas.

Portanto, os arquivos eclesiásticos da APB e da AOR, objetos de análise de nossa pesquisa, são de caráter privado e definidos, no Brasil, pela Lei 8.159/91, em seu Art. 11, como sendo “os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”. Eles também são identificados como socialmente relevantes, conforme certifica o Art. 12 – “Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e o desenvolvimento científico nacional”³⁷.

Esses acervos são de suma importância para o desenvolvimento científico no Brasil, pois neles está depositada vasta documentação de valor histórico inestimável e indiscutível. Aliás, na lei supracitada, também foi ressaltada essa importância ao ser afirmado, no Art. 16, que “os registros civis de arquivos de entidades religiosas produzidos anteriormente à vigência do Código Civil ficam identificados como de interesse público e social”³⁸.

Quanto à questão do acesso propriamente dito, a legislação brasileira sustenta que “o acesso aos documentos de arquivos privados identificados como de interesse público e social poderá ser franqueado mediante autorização de seu proprietário ou possuidor”³⁹.

Diante do exposto, poderíamos inferir que as instituições eclesiásticas franqueariam a consulta aos seus acervos de acordo com suas conveniências. No entanto, na prática, isso não ocorre. Nos dois arquivos pesquisados, a consulta aos documentos é feita com restrição apenas às condições de acesso ao documento, tais como seu estado de conservação e, por conseguinte, uma prévia autorização.

Acreditamos que isso se deve à mudança de postura da Igreja Católica recentemente, mais precisamente, a partir do Concílio Vaticano II⁴⁰, quando a

³⁷ Lei 8.159/91 de 08 de janeiro. Art. 12. p. 02.

³⁸ Idem.

³⁹ Idem.

⁴⁰ O Concílio Vaticano II (CVII), XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, foi convocado no dia 25 de dezembro de 1961, através da bula papal "*Humanae salutis*", pelo Papa João XXIII. O Concílio, realizado em quatro sessões, só terminou no dia 08 de dezembro de 1965, já sob o papado de Paulo VI. Dentre as inúmeras mudanças, destacamos: as renovações na constituição e na pastoral da Igreja, que passou a ser mais alicerçada na de todos os fiéis, tentando ser mais aberta para o “novo” mundo. Além disso, reformulou a Liturgia, e a Missa de rito romano foi simplificada e passou a ser celebrada em língua

Instituição empreende uma série de mudanças. Na Paraíba, com o arcebisado de Dom José Maria Pires (1957-1995), cujo lema era “*Scientiam Salutis*” (A ciência da Salvação), tem-se a criação do projeto de organização⁴¹ do acervo da APB, em convênio com o NDHIR-UFPB⁴² (mar. 1991 a fev. 1992), cujos objetivos gerais eram:

- Preservar e conservar a documentação de cunho eclesiástico existente na Cúria Metropolitana da Paraíba;
- Investir na formação e na qualificação de recursos humanos na área da pesquisa histórica e da Arquivística.

Dentre os objetivos específicos, destacamos:

- Desinfetar e higienizar a documentação do arquivo;
- Ordenar e classificar os documentos, descrever a forma, o conteúdo e o estado da documentação e elaborar um inventário e um catálogo do acervo.

Segundo o arcebispo, a Igreja deveria servir ao povo e disponibilizar informações, numa tentativa de se aproximar dele. Vale registrar que o acervo pernambucano não passou por nenhum processo de organização e tratamento arquivístico similar ao caso da Paraíba.

6.1 A CONVERSÃO DIGITAL COMO UMA POLÍTICA DE ACESSO A DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS

Com a disseminação das TIC's as instituições vêm passando por profundas transformações, seja através da proliferação de novas representações digitais, seja nas mudanças de responsabilidade, no tempo de resposta a problemas da instituição ou procedimentos técnicos. Os procedimentos de armazenamento da informação aumentaram, no entanto a durabilidade de suportes vem diminuindo de forma veloz.

Assim, nossa proposta nessa seção é apresentar a conversão digital como uma política de acesso a documentos arquivísticos, mas precisamente nos arquivos

vernacular. Buscando impulsionar a liberdade religiosa e adequar-se ao “novo mundo”, utilizou-se do ecumenismo para manter uma relação de tolerância com os não cristãos e o apostolado dos leigos.

⁴¹ Projeto do NDHIR. Ver ANEXO IV.

⁴² Núcleo de documentação e informação histórica regional (NDIHR).

eclesiásticos pesquisados. A conversão digital pode ocorrer de várias formas, digitalização, microfilmagem⁴³ ou captura (fotografia). Iremos nos ater a digitalização por acreditar que seu acesso seja mais abrangente. Por digitalização entende-se o processo de conversão de um documento para o formato digital por meio de dispositivo apropriado, como um escâner⁴⁴.

Os acervos arquivísticos digitalizados ainda são pouco conhecidos. Em 2010, na UECE, Francisco Célio da Silva Santiago defendeu a dissertação intitulada **“PRESERVAÇÃO DIGITAL DO ARQUIVO DIOCESANO DE TIANGUÁ – CEARÁ: PROTÓTIPO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DE ARQUIVO ECLESIASTICO”**, em que apresentou uma interessante proposta de gestão arquivística, a partir da digitalização de seu acervo, que se encontra organizado.

Para o processo de conversão digital via digitalização são necessárias algumas etapas. Segundo Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva (2005) o primeiro passo a ser dado é a constituição de uma comissão de seleção de documentos, que deve ser formada, preferencialmente por: membros da instituição, pesquisadores, informáticos, advogados, arquivistas e especialistas em preservação/conservação.

No entanto, essa comissão deve estabelecer claramente quais objetivos pretende alcançar, buscando atender as necessidades de seu usuário (interno/externo), assim como a propriedade e o direito de uso reprodução e disseminação da informação, ou seja, o respeito às restrições legais de acesso aos documentos. Outros aspectos também devem ser levados em consideração, como a disponibilidade de requisitos técnicos (distribuição e manutenção das versões), qual a tecnologia disponível, quais espaços físicos se irá dispostos para a segurança dos originais.

A preservação dos documentos originais é um aspecto importante e polêmico nos processos de conversão digital. O documento original não pode ser eliminado. Caso a instituição opte por eliminar seus originais, o processo de conversão digital deve ser substituído pela microfilmagem que é amparada pela lei 5.433/68. O original deve ser organizado, catalogado, indexado e acondicionado em local seguro.

Ainda em relação a isto, Rubens Silva indica também quais são os requisitos para a geração de versões digitais de documentos. O autor elenca cinco requisitos, a saber: estratégicos, organizacionais, estruturais, operacionais e técnicos.

⁴³ Produção de imagens fotográficas de um documento em formato altamente reduzido (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 120).

⁴⁴ (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 69).

Dentre os requisitos estratégicos destacamos: a definição antecipada do que deve ser digitalizado, a certificação de que não existem versões digitais dos documentos e o estabelecimento de restrições de uso. Entre os organizacionais citamos: a escolha pela amplitude da abrangência dos documentos: tipos, dimensões; o objetivo da digitalização: preservação, acesso, controle intelectual; potenciais produtos: websites, DVD's, e-books, CD's. Já os requisitos operacionais estabelecem as exigências de qualidade das imagens, como a captura a partir do original, quando possível, o calibre adequando dos ambientes físicos e padronização dos procedimentos. Os requisitos técnicos estabelecem recomendações e critérios para uma melhora qualidade de digitalização, utilizando a profundidade, a gama e a temperatura de cor.

O processo de digitalização trás em seu bojo um grande prestígio institucional, uma vez que proporciona uma distribuição rápida e eficiente de informação. No entanto esse processo trás consigo custo elevados e ainda não possui na legislação brasileira meios de reconhecimento. Existe no Brasil uma medida provisória 2.200/2001 que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, essa medida busca garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras. (Art.1).

Algumas instituições optam pela microfilmagem para a conversão de seus acervos, prática esta amparada por lei. Já outras até instituem os dois processos de conversão, digitalização (facilitar o acesso) e a microfilmagem (por ter aparato legal no Brasil.)

Como informado anteriormente, poucas são as instituições que tem seus acervos arquivísticos organizados digitalizados. Se tomarmos como base que “razão de ser dos arquivos” é tornar acessíveis suas informações aos usuários à digitalização vem a contribuir para satisfatoriamente para esse processo.

Entre os arquivos eclesiásticos pesquisados, AOR e APB, nenhum tem em seus acervos documentos digitalizados. Na Paraíba esse processo seria mais viável, pois como o acervo já se encontra organizado, a digitalização viria a contribuir para otimizar o acesso aos documentos, bem como, a diminuição das restrições de acesso. Em Pernambuco esse processo iria dispor de mais recursos. Como o acervo encontra-se desorganizado, seria necessária a formação de uma comissão permanente de avaliação e seleção de documentos, bem como a contratação de uma equipe para organização dos documentos. Essa parceria pode ser realizada junto UFPE que apesar de não possuir o

curso de arquivologia, conta com os cursos de história, biblioteconomia e gestão da informação. O Tribunal de Justiça de Pernambuco, que mantém seu acervo organizado, institui essa parceria com a UFPE, contratando estagiários de história, biblioteconomia e direito, para manutenção da organização de seu acervo. Outra parceria possível, ainda junto a UFPE, seria com o LIBER⁴⁵ quem tem por objetivo expandir a base de publicações eletrônicas e facilitar o acesso da comunidade à produção científica e artística da UFPE através da digitalização dos documentos.

⁴⁵ 12. O LIBER é um laboratório de pesquisa do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco que se aplica em investigações no campo do gerenciamento eletrônico do conhecimento. Ver mais em <http://www.liber.ufpe.br/>.

7. ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS

Conforme adiantamos, na análise comparativa desenvolvida partimos da aplicação dos questionários, estando estes divididos em cinco módulos, a saber:

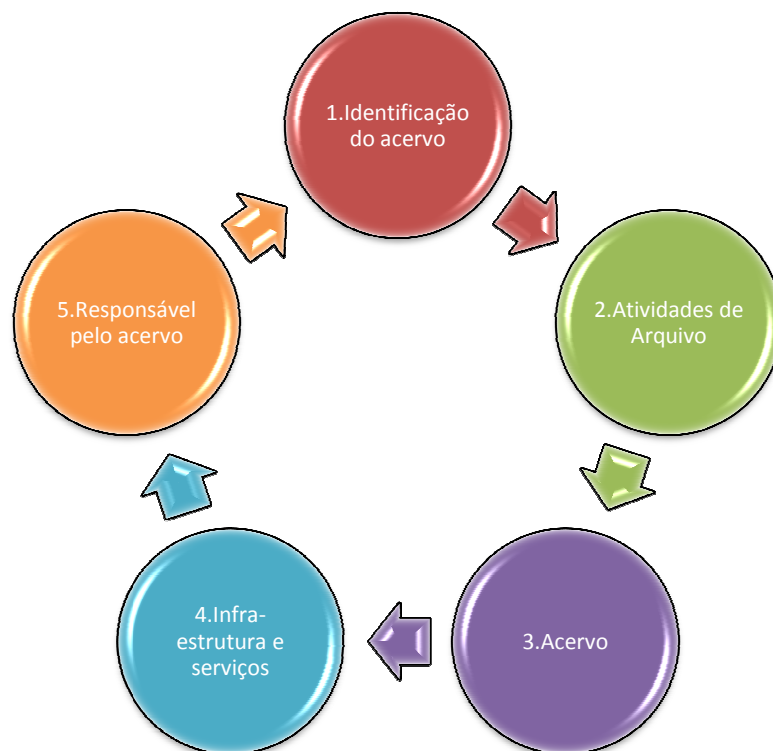


Figura 8: Etapas de aplicação do questionário
Fonte: Anna Carla Queiroz

No primeiro módulo – Identificação do acervo – procuramos apresentar os dados gerais dos arquivos pesquisados, destacando sua denominação, a natureza de suas funções, o objetivo institucional e suas principais atribuições.

No segundo módulo – Atividades de arquivo – salientamos o trabalho desenvolvido na Instituição, a existência ou não de sistema de arquivo, gestão de serviços arquivísticos, comissão de avaliação, códigos de classificação e formas de eliminação.

No terceiro – O acervo – discutimos sobre os dados gerais da documentação presente na Instituição, mensuração, gêneros documentais, estágios de tratamento, procedimentos técnicos, normatização, recuperação da informação e instrumentos de pesquisa.

No quarto módulo – Infraestrutura e serviço – identificamos a prestação de

serviços ao usuário, bem como as condições de disposição dos documentos, tais como: instalações, sistema de armazenamento, segurança, recursos humanos e atendimento ao usuário.

No quinto e último módulo – Responsável pelo preenchimento – informamos os dados dos entrevistados, que, conseqüentemente, eram os responsáveis pelos acervos.

Apesar de extenso, o questionário aplicado, a partir das orientações do CONARQ⁴⁶, possibilitou-nos enxergar um panorama geral dos arquivos em análise, para que fosse possível vir à luz dos dados pesquisados, ou seja, compreender nosso objeto de estudo. Porém, para interpretar melhor os dados, acreditamos que apresentá-los e contrastá-los seria um recurso mais didático. Para isso, utilizamos o recurso de tabelas.

Tabela 3: Módulo I – Identificação

Perguntas	APB	AOR
Nome da Instituição:	Arquidiocese da Paraíba	Arquidiocese de Olinda e Recife
Sigla:	APB	AOR
Data de Criação/Ato que o criou	27/04/1892	05/12/1910
Nome e formação do responsável pela Instituição:	Dom Aldo di Cillo Pagotto	Dom Antônio Fernando Saburido
Pessoa Jurídica de direito privado	Instituição Eclesiástica/Cartorial	Instituição Eclesiástica/Cartorial
Endereço	Cúria Metropolitana - Palácio do Carmo Praça Dom Adauto, s/n - Centro 58010-670 - João Pessoa - PB	Avenida Afonso Olindense, 1764 – Várzea Recife - PE, 50810-000
Telefone/ e-mail/twitter:	(83) 3218-4505 arquivo@arquidiocesepb.org.br	(81) 3271-4270 Twitter: @arqolindarecife
Site:	http://www.arquidiocesepb.org.br/	http://www.arquidioceseolindarecife.org/
Objetivo Institucional e principais atribuições	Atender aos setores da Arquidiocese e ao público em geral; Recolhimento da guarda e da preservação dos documentos;	Atender aos setores da Arquidiocese e ao público em geral; Recolhimento de documentos;

⁴⁶ Conselho Nacional de Arquivos.

A APB foi criada em 1982 e no momento esta sendo dirigida pelo arcebispo Dom Aldo di Cillo Pagotto desde 2004. A arquidiocese situa-se no centro da cidade de João Pessoa-PB e utiliza basicamente dois canais de comunicação com seus usuários, o telefone e o correio eletrônico. Essas informações estão disponíveis no site da instituição, que se mantém atualizado constantemente. A localização do arquivo é relativamente fácil, pois o prédio se encontra numa praça famosa na cidade, podendo ser facilmente reconhecida por seus habitantes.

Dentre as várias denominações de arquivo, o arquivo da APB apresenta-se como uma entidade custodiadora⁴⁷ de vários conjuntos documentais, que serão citados adiante. Embora o arquivo seja designado como Arquivo Eclesiástico da Paraíba, não recebe documentação de todas as unidades eclesiais do Estado. Seu nome permanece em homenagem à capital paraibana - Parahyba do Norte - até 1930, que foi substituída por João Pessoa, seu nome atual. Entre as funções do arquivo, destacam-se as de:

- a) Coordenar o recolhimento da guarda e da preservação dos documentos;
- b) Higienizar os documentos;
- c) Classificar e ordenar os documentos nos Fundos Arquivísticos;
- d) Acondicionar a documentação;
- e) Atender aos setores da Arquidiocese e ao público em geral;
- f) Promover visita monitorada;
- g) Divulgar o acervo documental.

Já AOR surgiu em 1910 e, vem sendo dirigida pelo arcebispo Dom Antônio Fernando Saburido, desde 2009. A arquidiocese situa-se em um endereço diferente da sede do arquivo da instituição, em um prédio anexo, dificultando o acesso de seus usuários. No site da instituição inexistente um correio eletrônico, no entanto o site apresenta uma seção com o link fale conosco, onde o usuário pode utilizar para enviar perguntas e/ou tirar algumas dúvidas com a arquidiocese. Outro canal de comunicação é a rede social twitter, basta que o usuário acesse o site na rede para se atualizar sobre as

⁴⁷ Responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade.

notícias da arquidiocese.

No arquivo da AOR, não pudemos identificar claramente essas funções, uma vez que o nível de organicidade é mínimo, e o acesso muitíssimo dificultado por essa realidade. Mas percebemos que há o recolhimento e a guarda dos documentos na Instituição. As funções de atender ao público e promover visitas monitoradas são realizadas de acordo com as condições da documentação, que se encontra basicamente sem ordenação.

Tabela 4: Módulo II - Atividades de arquivo

Perguntas	APB	AOR
A Instituição tem sistemas ou rede de arquivo?	Sim	Não
O arquivo da Instituição é o órgão central do sistema ou da rede de arquivos?	Sim	Não
O Arquivo da Instituição desenvolve uma gestão sistêmica de documentos que integre as fases corrente, intermediária e permanente?	Sim	Não
Existe comissão de avaliação de documentos?	Sim	Não
A Instituição tem código de classificação ou tabela de temporalidade de documentos?	Sim	Não
Elimina documentos?	Sim	Sim
Assinale as formas de controle da eliminação	Listagem	Não tem
A Instituição dispõe de um programa de recolhimento de documentos ao arquivo permanente?	Sim	Não

O arquivo da arquidiocese paraibana encontra-se descentralizado, conforme a determinação do CDC, integrando uma sistema de arquivo, sendo o órgão central. Embora nosso objeto de estudo ancorado na perspectiva sistêmica dos arquivos, ao responder aos questionamentos, os notários apresentaram as respostas baseados na “Teoria das três idades”. Portanto, os arquivos pesquisados estão na fase permanente. Convém frisar que os arquivos correntes e intermediários encontram-se nas paróquias

paraibanas. Os responsáveis por eles fazem uso das práticas arquivísticas, elaborando comissões de avaliações de documentos, baseadas nas determinações do CDC. Após o vencimento desses prazos, segue-se o procedimento de eliminação ou preservação dos documentos.

Na APB, a cada seis anos, a documentação de caráter permanente segue para o arquivo da arquidiocese e se incorpora aos sete fundos existentes, respeitando-se o princípio da proveniência, e agrupados de acordo com o quadro de arranjo estabelecido pela comissão de avaliação. Infelizmente, não nos foi informado claramente a respeito dos critérios a serem adotados nesse processo de eliminação.

Já o AOR não apresenta em seu quadro um sistema ou uma rede de arquivo. A arquidiocese, segundo o CDC, deveria integrar essa rede sendo seu órgão central, recebendo a documentação das paróquias, dessa forma a instituição não fere apenas os princípios arquivísticos, de gestão documental, bem como, priva o usuário (interno ou externo) de ter acesso a informações caso dela necessite, seja por falta de organização do acervo ou pela eliminação sem critérios definidos. Inexiste na instituição uma comissão de avaliação de documentos, como determina o CDC, no entanto, arquidiocese elimina documentos, pois toda a documentação produzida nas paróquias não é remetida ao arquivo permanente. Esse “percurso” dos documentos, desde sua produção, tramitação e destinação final não nos foi informado. Assim como na APB, a AOR também não nos informou os critérios adotados para a eliminação de documentos, nem tão pouco as formas de eliminação, seja por incineração ou fragmentação.

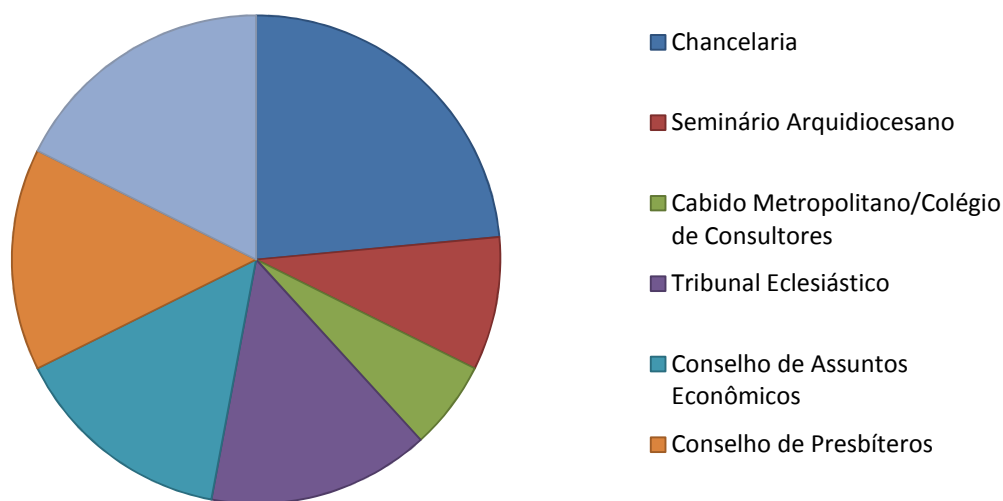
Tabela 5: Módulo III: Acervo

Perguntas	APB	AOR
Caracterização do acervo		
Datas-limite do acervo	Não soube informar	Não soube informar.
Mensuração	Não soube informar	Não soube informar.
Os fundos/coleções possibilitam, principalmente, estudos dos períodos.	Império e República	Império e República
Temas preponderantes	Religião, política, gênero, trabalho	Religião
Gênero documental	Textual, cartográfico, fotográfico, impresso, micrográfico e oral	Documentos textuais e bibliográficos
Estágios de tratamento	70% identificado	Sem identificação
Os procedimentos técnicos praticados na organização e descrição do acervo estão normalizados?	Sim	Não
Em caso afirmativo, a ISAD-G e/ou a NOBRADE são utilizadas?	Não	Não
Qual a porcentagem do acervo descrito de acordo com a NOBRADE?	0%	0%
Há instrumento (s) de pesquisa do fundo/coleção?	Sim	Não
Em caso afirmativo, selecione o tipo:	Guia, índice, inventário, catálogo	Não possui

Atualmente, o acervo da APB é constituído de sete fundos arquivísticos, conforme atesta o gráfico abaixo⁴⁸:

⁴⁸ A partir de informações presentes no Guia do Arquivo da APB, faremos uma breve descrição da função dos fundos arquivísticos e de suas respectivas séries documentais.

Gráfico 1: Volume de massa documental da APB



a) **Chancelaria:** A Cúria tem por obrigação constituir um chanceler e notários, cuja função principal é cuidar que sejam redigidos, despachos e arquivados os atos do Governo Arquidiocesano.

	Série
Fundo: Chancelaria	a- Atos do governo arquidiocesano
	b- Atos normativos
	c- Correspondência
	d- Registros paroquiais
	e- Estatística e pesquisas
	f- Documentação dos bispos
	g- Documentação do clero
	h- Documentação de irmandades, associações Pias e movimentos religiosos
	i- Documentação da Província eclesiástica da Paraíba
	j- Documentação de outras dioceses
	k- Documentação do Conselho Episcopal Latino-americano – CELAM
	l- Diversos

b) **Seminário Arquidiocesano:** Foi fundado em 04 de março de 1984. Funcionou no Convento de Santo Antônio até 1965, quando foi transferido para a sede própria no Bairro de Miramar. Atualmente, sua administração funciona em Bayeux-Pb (região metropolitana de João Pessoa), no centro de estudos no CETREMAR, onde os seminaristas residem em comunidades juntamente com um sacerdote-formador. O propedêutico foi instalado em casa própria, no Bairro de Jardim Veneza, João Pessoa-PB;

Fundo: Seminário Arquidiocesano	Série
	a- Correspondência
	b- Documentação seminarista
	c- Documentação da obra das vocações sacerdotais
	d- Registro de crônicas
	e- Eventos
	f- Documentação do ITER/SERENE
	g- Diversos

c) **Cabildo Metropolitano/Colégio de Consultores:** Foi criado com a denominação de Cabildo da Catedral de Nossa Senhora das Neves, em 12 de junho de 1905, pela Sagrada Congregação do Concílio. Sua função é a de realizar os atos litúrgicos mais solenes, além de deliberar sobre o patrimônio da Arquidiocese. Atualmente, as funções deliberativas passaram à competência do Colégio de Consultores.

Fundo: Cabido Metropolitano/Colégio de Consultores	Série
	a- Atas/pautas de reuniões
	b- Correspondência
	c- Relatórios

d) **Tribunal Eclesiástico:** Foi criado em 02 de abril de 1956, pelo arcebispo Dom Moisés Coelho. Sua função é tratar das questões ligadas ao vínculo do matrimônio e outras causas contenciosas não reservadas à Santa Sé. Os tribunais diocesanos foram extintos, e suas atribuições transferidas para os tribunais eclesiais regionais. Em nossa Arquidiocese, foi constituído um Tribunal Eclesiástico Auxiliar.

Fundo: Tribunal Eclesiástico	Série
	a- Correspondência
	b- Processos
	c- Diversos

e) **Conselho de Assuntos Econômicos:** Com o novo Código de Direito Canônico, esse órgão, até então chamado de Conselho da Administração dos Bens Eclesiásticos, fica melhor estruturado e deverá ter, pelo menos, três membros. Na Arquidiocese da Paraíba, funciona, atualmente, com seis membros. O CAE é constituído de clérigos e leigos de reconhecida competência em economia e assessora o Arcebispo nas decisões administrativas, dá parecer sobre as questões econômicas e tem voto deliberativo de acordo com o CDC. Em cada Diocese, é nomeado um ecônomo para gerir seus bens, planejar as despesas de acordo com as receitas e prestar contas anualmente.

Fundo: Conselho de Assuntos Econômicos	Série
	a- Atas

f) **Conselho de Presbíteros:** Foi criado em 9 de janeiro de 1967, como órgão consultivo para assessorar o Arcebispo em assuntos pastorais e administrativos. É constituído, exclusivamente, por sacerdotes, sob a presidência do Arcebispo.

Fundo: Conselho de Presbíteros	Série
	a- Atas e pautas de reuniões

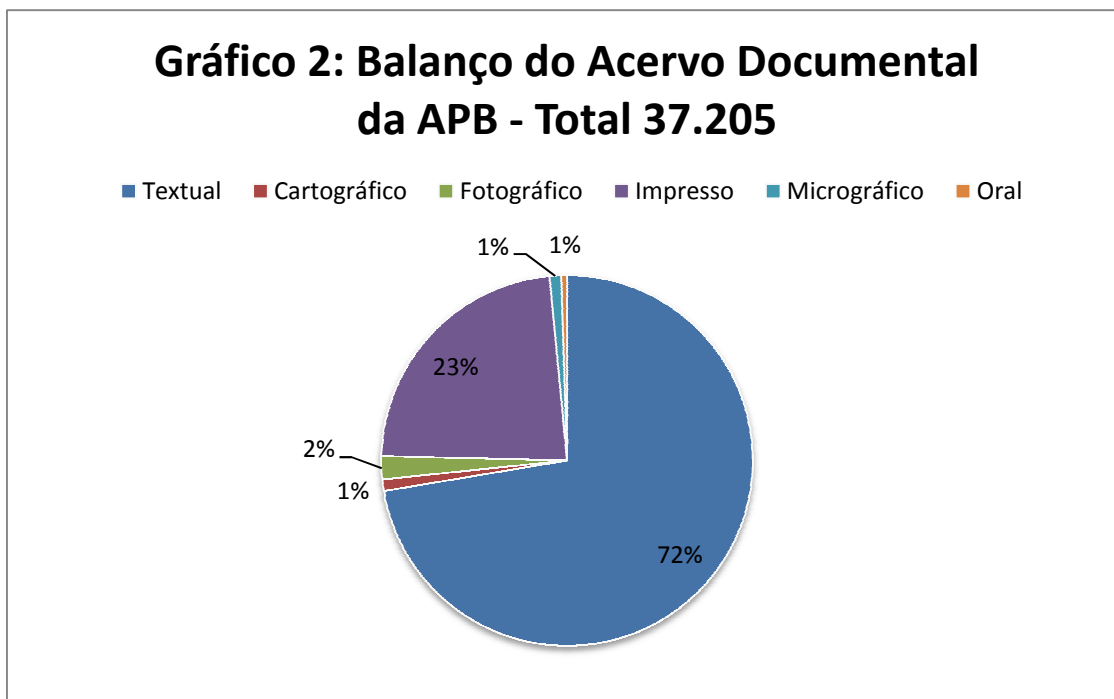
	b- Correspondência
	c- Legislação
	d- Diversos

g) **Conselho de Pastoral:** Surgiu devido à necessidade da Pastoral de Conjunto. Foi criado depois do Concílio Ecumênico Vaticano II, quase simultaneamente ao Conselho de Presbíteros. É um órgão de caráter consultivo, constituído por representantes dos “Zonais” e dos setores Pastorais, sob a presidência do Arcebispo, e que tem por objetivo refletir sobre a ação pastoral da Arquidiocese e animar e acompanhar a execução da Pastoral de Conjunto.

Fundo: Conselho de Pastoral	Série
	a- Correspondência
	b- Relatórios
	c- Eventos
	d- Diversos

Não conseguimos identificar a documentação presente n AOR, pois a documentação não se encontra catalogada nem tão pouco a mensuração do acervo. A documentação é encaminhada ao arquivo, decorrido o prazo de alguns anos (não nos foi informado precisamente), ficando disponível ao público. Foi-nos informado também que alguns padres, por iniciativa própria, organizavam seus acervos (paróquias), e quando de sua morte, a documentação é enviada para arquidiocese.

Novamente quanto à Paraíba, há um volume de massa documental do APB, catalogado de 37.275, correspondente a, aproximadamente, 70% do acervo total, com os gêneros documentais assim distribuídos:



No gráfico do balanço do acervo da APB podemos observar os gêneros documentais: textual e impresso, essa distinção foi uma opção da equipe de organização, ao elaborar o guia da instituição, para diferenciar os documentos manuscritos dos impressos. No entanto, quanto à classificação, os documentos são selecionados quanto ao gênero da seguinte forma: textuais, cartográficos, iconográficos, filmográficos, sonoros, micrográficos e informáticos (PAES, 2007, p. 29). No gênero textual estão inseridos os documentos manuscritos, datilográficos ou impressos;

Na AOR, não há possibilidade de apresentar uma caracterização do acervo, como datas-limite e mensuração. No entanto ao visitarmos o arquivo, observamos que a documentação encontrada é predominantemente formada por documentos textuais e bibliográficos, conforme demonstram as imagens abaixo. Percebemos também que a documentação mais antiga, datada do Século XIX, encontra-se encadernada, devido a uma grande demanda originada por pesquisadores.



Figura 9: Documentação enviada de paróquias
Fonte: Anna Carla Queiroz



Figura 10: Acervo doado por um padre
Fonte: Anna Carla Queiroz

O tema predominante da documentação é de cunho religioso, como bulas papais, certidões de batismo, documentação administrativa de algumas paróquias, entre outros. Quanto ao estágio de tratamento, a documentação encontra-se preponderantemente desorganizada, inexistindo instrumentos de pesquisa, como guia, catálogo e inventário.

Tabela 6: Módulo IV: Infraestrutura e serviços

Perguntas	APB	AOR
Instalações	Própria - adaptado para arquivo	Própria - Prédio anexo
Qual a área destinada ao processamento técnico do acervo?	Não soube informar.	Não soube informar.
O imóvel tem condições de acesso para deficientes?	Sim	Não
Qual a área total construída?	Não soube informar.	Não soube informar.
Qual a área total ocupada pelo acervo?	Não soube informar.	Não soube informar.
Qual a área total destinada à armazenagem do acervo?	Não soube informar.	Não soube informar.
Condições ambientais da área de guarda do acervo	Controle de temperatura e umidade; Programa de prevenção e combate contra insetos, roedores e microorganismos	Programa de prevenção e combate a insetos, roedores e microorganismos
Documentos armazenados em mobiliário	Aço e madeira	Aço e madeira
Documentos acondicionados	Polionda e papel	Polionda e papel
Existe prevenção contra incêndio	Extintores manuais	Extintores manuais
Laboratórios	Não	Não
O órgão microfilma documentos	Não	Não
A microfilmagem está prevista na tabela de temporalidade?	Não	Não
Localização de arquivo de segurança de microformas	Não	Não
Quantos microcomputadores existem na instituição?	1	1
Dispõe de sistemas informatizados para processamento técnico arquivístico do acervo?	Não	Não
Dispõe de sistemas informatizados de recuperação de informações para o usuário?	Não	Não

Sistemas disponíveis em rede	Não	Não
O desenvolvimento/gerenciamento dos sistemas informatizados é feito:	Não possui	Não possui
Há digitalização de documentos?	Não	Não
Presta informações:	Presencialmente	Presencialmente
Dias da semana e horário de atendimento ao usuário	Segunda a sexta-feira 14:00 às 17:00h	Segunda a sexta-feira 07:00 às 13:00h
Condições gerais de acesso ao acervo documental	Restrita Necessidade de prévio aviso Presencialmente e por correspondência	Restrita Necessidade de prévio aviso; Estado de conservação; Por não estar organizado.
Permite reprodução de documentos ?	Não	Não
Existe tabela de preços para serviços arquivísticos?	Não	Não
Tipos de reprodução:	Não	Não
Mobiliário e equipamentos disponíveis ao usuário	Mesas/cadeiras	Mesas/cadeiras
Recursos Humanos	1 Funcionário	2 Funcionárias
Escolaridade	Pós-graduação – historiador, com especialização em Arquivologia	Graduação – bibliotecária e contadora
Promove a participação de seu corpo técnico em cursos, treinamentos e seminários específicos para o desenvolvimento das atividades de arquivo?	Sim	Não

A propriedade destinada ao arquivo da arquidiocese paraibana é própria e foi adquirida por compra no início do Século XX, na Ordem de Carmo, já que, devido ao falecimento do último irmão, a ordem, com exiguidade de recursos humanos, deixa a Paraíba. O prédio, no qual o arquivo, atualmente, está instalado, data do Século XIX e

mede, espacialmente, 54m², destinando o arquivo a uma área de 50% a 75% para a guarda dos documentos.

No armazenamento do acervo documental, são utilizadas estantes de aço, destinadas aos documentos textuais, estantes de madeira, para os microfilmes, e arquivos de aço, para os documentos cartográficos. Nos procedimentos de acondicionamento, são utilizados caixas-arquivo de polionda, pastas suspensas e encadernação de documentos.

Já a sede da AOR está localizada num prédio anexo à Cúria, pois a sede anterior foi alugada para um Shopping Center. Atualmente, o arquivo está na sede da Cúria Metropolitana, que, entre outras funções, serve de abrigo para idosos. No armazenamento dos documentos, são utilizadas estantes de aço, destinadas aos documentos textuais, e nos procedimentos de acondicionamento, caixas-arquivo de papelão, pastas suspensas e encadernação de documentos.

A Arquidiocese da Paraíba adota medidas preventivas contra acidentes naturais, como, por exemplo, incêndios, com a instalação de extintores, bem como medidas antifurto, com a instalação de câmeras de segurança e contratação de segurança particular. O controle da temperatura, da umidade e de pragas é mantido com o uso de ar condicionado, que permanece ligado durante 12 horas. Há, ainda, um controle de pragas e de fungos, através de dedetização anual. O estado de conservação dos documentos, numa escala proposta pelo questionário, é considerado como bom.

De modo diverso, faltam instrumentos de controle de temperatura no AOR, o que acarreta um desgaste natural dos documentos devido às elevadas temperaturas e ao altíssimo índice de umidade do ar.

No arquivo da APB, existe um computador com acesso à internet, porém o acervo não dispõe de documentos digitalizados. Objetivando manter a preservação de seus originais, o acervo adota medidas preventivas, seguidas por um regulamento de normatização⁴⁹, em que consta que é proibido:

- a) Usar saliva para virar a página nos documentos;
- b) Fotocopiar os originais;
- c) Sobrepor mãos e dedos em textos, livros, fotografias e plantas arquitetônicas;

⁴⁹ Ver: Anexo III.

d) Escrever em suportes apoiando-se nas páginas de livros e/ou sobrepor cotovelos e mãos;

e) Escrever, realizar marcas, dobrar páginas ou fazer orelhas nos documentos;

Além disso, recomenda-se que, para marcar páginas, o usuário deve utilizar marcadores, que ficam disponíveis na mesa, e levar um par de luvas para manusear os documentos.

Já o arquivo da AOR dispõe de um computador, mas sem acesso à internet, e o acervo não dispõe de documentos digitalizados. Visando diminuir o desgaste da documentação, o acervo adota medidas preventivas, como:

a) É proibido fotocopiar os originais;

b) O usuário deve levar um par de luvas para o manuseio da documentação. Embora isso não seja informado por telefone, ao se deparar com a documentação, o usuário mais atento percebe a necessidade de utilizar máscaras e luvas, devido ao estágio de decomposição de alguns documentos.

A Arquidiocese da Paraíba não está vinculada a nenhuma associação nacional nem internacional na área arquivística, pois o arquivo, embora tenha caráter público, é uma instituição privada, regida pelo Código de Direito Canônico (CCD), conforme foi explicado anteriormente.

A dotação orçamentária do arquivo da APB não nos foi precisamente informada pelo entrevistado, apenas que o acervo se sustenta com os recursos próprios da Arquidiocese. Caso o usuário necessite de uma certidão qualquer, que não possa ser encontrada nos arquivos correntes ou intermediários⁵⁰ da Instituição, localizados nas paróquias, devido aos prazos findos, é cobrada uma taxa de R\$ 15,00 (quinze reais), que será remetida para a conservação do acervo.

Existem alguns instrumentos de pesquisa, como guias, catálogos, inventários, como, por exemplo, o **“Guia do Arquivo Eclesiástico da Paraíba”**, o **“Inventário do Arquivo Eclesiástico da Paraíba”**, o **“Inventário do Grupo Fechado do Centro de Documentação e Publicações Populares” - CEDOP (1978-1992)**, o **“Catálogo da**

⁵⁰ Os arquivos correntes e intermediários localizam-se nas paróquias. Decorridos os prazos, são recolhidos ao arquivo permanente.

Coleção de Fotografias” (1905-1989), o “Catálogo dos Projetos Arquitetônicos” (1961-1990), o “Catálogo do Arquivo Pastoral da Terra” (1976 –1992), o “Catálogo da Produção Intelectual de Dom José Maria Pires” (1966-1995), o “Catálogo do Jornal A IMPRENSA” (1897-1968) e o “Catálogo dos Periódicos”.

Inexistem instrumentos de recuperação da informação na AOR, como guias, índices, ou catálogos. As funcionárias separam a documentação de acordo com a intensidade da procura e tentam ajudar o usuário dentro de suas possibilidades, razão por que é preciso aviso prévio para realização de pesquisas.

No arquivo da APB, no processo de catalogação dos documentos, foram utilizadas normas estabelecidas pela Arquivística, como a formação de uma comissão de avaliação dos documentos, respeitando-se o princípio da proveniência, utilização de quadro de arranjo, bem como a descrição dos documentos, seguindo a sequência fundo, série, subsérie, período e quantidade. Já foram catalogados, aproximadamente, mais de 70% do acervo. Podemos identificar, nos fundos arquivísticos, documentos de idiomas diversos, como latim, francês e português. Na arquidiocese de Olinda/Recife, observamos, durante as visitas, que alguns documentos foram organizados previamente, com a descrição de sua numeração e origem.

Quanto ao arquivo da APB, recebe inúmeros usuários distribuídos em pesquisadores, como historiadores, arquitetos, arquivistas, a comunidade, em geral, e estudantes do ensino médio e do fundamental, perfazendo um total de 40 atendimentos mensalmente, protocolados em um livro de visitas.

A AOR recebe poucos usuários, geralmente pesquisadores da UFPE. Como o arquivo mudou o endereço, alguns usuários ainda encontram dificuldade em localizar a Instituição. Além disso, como não tem protocolo de visita, não sabemos informar a totalidade de visitas de usuários diariamente nem tão pouco o perfil dos usuários.

Todo o acervo está à disposição do público, com pequenas restrições (mencionadas anteriormente), ou seja, qualquer cidadão, graduado ou não, que precisar de uma informação, documento ou até mesmo por curiosidade, pode dirigir-se ao acervo, embora seja necessário um aviso prévio para isso. Em Pernambuco, as restrições estão direcionadas à possibilidade de acessar os documentos que, por não estarem organizados, são de difícil acesso, e alguns se encontram num grande estágio de degeneração.

Interessante ressaltar que, no arquivo da APB, não há fotocopadora para os usuários, pois é terminantemente proibido fotocopiar algum documento, em decorrência

dos danos causados pelo procedimento e à utilização de câmeras fotográficas, que só podem ser utilizadas sem o flash, por ocasionar o mesmo dano ao documento. Em Pernambuco, existem os mesmo procedimentos.

O responsável pelo arquivo da APB é um notário graduado em História pela UFPB e Especialista em Organização de Arquivos, pela mesma instituição. Natural de João Pessoa-PB, o notário exercia a atividade de restaurador de bens móveis, ofício ao qual se dedicou durante dez anos, antes de dedicar-se às atividades arquivísticas. Seu interesse pela arquivística começou ainda durante a graduação. É importante ressaltar que o atual responsável pelo arquivo participou do Projeto de organização do acervo eclesiástico em 1992, como bolsista do CNPq.

Atualmente, existe apenas um funcionário no arquivo, e não há contratações temporárias. Embora o notário não seja bacharel em Arquivologia (encontra-se em curso), acreditamos que desempenha as funções de um profissional da informação de forma satisfatória, uma vez que conhece e aplica, dentro de suas possibilidades, as práticas arquivistas vigentes.

Já na AOR existem duas funcionárias encarregadas do acervo. Uma é graduada em Biblioteconomia pela UFPE, e a outra, formada em Contabilidade pela mesma Instituição, no entanto está apenas à disposição da diocese. A bibliotecária é “guardiã” do acervo há mais de 30 anos, onde ingressou ainda na adolescência, concluiu os estudos com a ajuda dos religiosos e dedicou grande parte de sua vida às atividades do arquivo.

Tabela 7: Módulo V: Responsável pelo preenchimento

	APB	AOR
Nome	Ricardo Grisi	Walderez e Josefa
Cargo/função	Notário e Arquivista	Arquivista

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todos os aspectos abordados ao longo desta pesquisa, concluímos que a organização dos arquivos eclesiásticos pesquisados sofrem influência quanto ao espaço geográfico em que estão inseridos, à economia, à política local, à cultura, bem como devido a iniciativas de particulares. Neste último caso tem-se, por exemplo, a iniciativa do Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires – sensível às necessidades de preservação dos acervos religiosos – que, em parceria com o NDHIR, determinou uma política de gestão dos documentos arquivísticos na Paraíba.

Reiteramos que nosso objetivo principal foi analisar comparativamente os processos de construção da memória e acesso a informação nos arquivos eclesiásticos da APB e AOR. Vimos que a construção da memória nos arquivos é um procedimento técnico-metodológico e deve ser realizado como tal. Boa parte da documentação arquivística produzida nessas Instituições, que embora sejam privadas, pertencem não apenas a Igreja Católica, mas a todo cidadão que dela necessite, sobretudo no que se refere a registros antigos. É bem verdade que estes atos/ações administrativos (as) refletem a instituição através de sua produção documental, como também atestam fatos pertencentes à memória de uma determinada sociedade.

Embora façam parte de uma mesma instituição ou sistema, a Igreja Católica, a APB apresentou informações quase que inversamente proporcionais a AOR, no que diz respeito à “construção de suas memórias”. O acervo paraibano encontra-se organizado, dotado de procedimentos metodológicos preconizados pela Igreja Católica (CDC), embora seu processo de eliminação de documentos não tenha sido explicitamente esclarecido. Já o caso Pernambucano é deveras preocupante, pois a documentação encontra-se num estágio de organização caótico e deplorável, além de possuir poucos recursos humanos, a documentação está literalmente “pedindo socorro”!

Não observamos em nossa pesquisa nenhum incremento das dioceses no sentido de melhorar ou ampliar as normas romanas preconizadas no CDC para a organização e preservação de acervos arquivísticos.

No que diz respeito ao acesso à informação arquivística, ambas as Instituições mantêm restrições de acesso, basicamente girando em torno do estágio de degradação do documento ou relativo ao seu grau sigilo, pois alguns documentos só podem ser acessados por autoridades religiosas.

Desta forma, com base nos resultados obtidos através dos dados colhidos no estudo comparativo, realizado através do diagnóstico, podemos inferir que a Arquidiocese paraibana avança consideravelmente frente à AOR quanto à gestão e à acessibilidade aos seus acervos se compararmos com o diagnóstico da FHT em 2000, anteriormente mencionado no item **“Os arquivos eclesiásticos: estrutura e organicidade”**.

Como proposição ao estado desordenado da documentação da diocese pernambucana, sugerimos que a Instituição realize uma parceria com a UFPE ou outras instituições, para organizar seu acervo, feito já exitoso na Paraíba. Em 2010, a diocese comemorou seu primeiro centenário, entretanto continua descumprindo as determinações do CDC, no que tange à guarda e à preservação de acervos arquivísticos. Desse modo a AOR contribui para o “silenciamento e/ou esquecimento” não só da memória institucional, mas da memória social dos pernambucanos, privando não apenas os funcionários da instituição, mas pesquisadores e cidadãos de terem acesso a informação caso dela necessitem.

Conforme vimos, os dois acervos dispõem de poucos recursos humanos, razão por que é necessário contratar novos funcionários ou estagiários e ampliar o espaço que é destinado à guarda e à preservação do acervo.

Na APB, o arquivo tem, entre outras funções, a de higienizar os documentos, um procedimento que é feito apenas de maneira manual, sendo necessária a aquisição de mesas para esse fim. No caso da AOR, seria necessário, inicialmente, passar pela etapa de organização do acervo, para, em seguida, treinar os recursos humanos para o desenvolvimento dessa atividade.

Observa-se, também, que os arquivos pesquisados têm uma grande visibilidade, perceptível através de uma grande produção intelectual, através da produção de monografias, dissertações, teses de doutorado e publicações de livros. Para preservar bem mais esses acervos, sugerimos a digitalização dos documentos, pois isso evita o contato direto com o documento. Para tanto, é preciso mais computadores e scanners.

Assim, apresentamos algumas sugestões de providências que podem ser aplicadas na otimização dos serviços do arquivo, de acordo com as recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo (CONARQ, 2005). São elas:

- a) Armazenar os acervos de fotografias, filmes, meios magnéticos e ópticos em condições climáticas especiais, de baixa temperatura e umidade relativa, obtidas

por meio de equipamentos mecânicos bem dimensionados, sobretudo para manter a estabilidade dessas condições;

- b) Concluir a identificação do acervo documental;
- c) Ampliar o espaço físico, sem exceder o limite de 200m²;
- d) Contratar mais mão de obra especializada, de preferência, com formação superior em Arquivologia, em obediência à legislação federal vigente;
- e) Adquirir mesas de higienização;
- f) Comprar computadores.

Em suma, os resultados da pesquisa nesses arquivos apontaram que, em linhas gerais, a Igreja Católica brasileira, precisamente a Arquidiocese paraibana, preocupa-se em conservar esse valioso acervo documental, o que acarreta valorosas contribuições para a sociedade civil e eclesiástica. Nesse sentido, outras experiências exitosas podem ser citadas, a exemplo do acervo diocesano de Tianguá-CE que mantém seu acervo organizado.

Esses acervos, no entanto, parecem ser a “*exceção à regra*”. Cristian José Oliveira Santos investigou, em sua dissertação, “**Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica**”, a situação da documentação das primeiras dioceses brasileiras. Após três anos de estudo, ele chegou a um diagnóstico preocupante e semelhante ao nosso: de forma geral, os documentos relativos à história da sociedade civil e religiosa brasileira estão em situação de calamidade. Embora o Vaticano seja bastante sensível em relação ao assunto, no Brasil, não há medidas concretas para a preservação desses documentos ou, até mesmo, uma fiscalização mais eficiente. Os problemas vão desde a falta de mão de obra qualificada, passando pela ausência de controle de temperatura e de umidade, até a falta de regulamento nos arquivos.

Essa dicotomia se expressa no Arquivo Secreto do Vaticano, em Roma, pois os documentos que lá se encontram são armazenados em ótimas condições, formando uma ruptura entre o que expressa a Igreja Católica, especialmente por meio da Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, e as práticas arquivísticas adotadas pelas dioceses brasileiras pesquisadas.

É preocupante saber que a razoável situação detectada no acervo da Paraíba seja exclusiva ou privilégio desse arquivo, se comparada com a do AOR e de outros acervos do Brasil, carecedor de instituições preocupadas com a manutenção de seus

documentos. É importante frisar que se trata de um arquivo secular, único, produtor e custodiador de registros datados do período colonial brasileiro, momento em que a Igreja mantinha quase que completa hegemonia nesse universo simbólico. Ao manter esses registros, estaremos preservando boa parte da memória local e da nacional, direito de todo cidadão que dela necessite.

Assim, reiteramos a relevância desse conjunto documental para a memória nacional e acreditamos que deveria haver participação mais direta e explícita das instituições governamentais para preservar esses acervos.

Por fim, sabemos que existem múltiplas abordagens possíveis para os estudos em CI. Mas optamos por analisar os processos de construção da memória e acesso à informação nos arquivos eclesiais da APB e AOR, por acreditar que são fundamentais para um bom funcionamento dos sistemas de informação, como também um direito de todos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. 232 p. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/> Acesso em 10.03.2010.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Manual de arranjo e descrição de Arquivos**. 2 ed. Rio de Janeiro, 1973. 163 p. Disponível em: http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf/ Acesso em 10.12.2010.

ARQUIVO SECRETO VATICANO. **Reglamento para los estudiosos**. 2008, Disponível em: <http://asv.vatican.va/es/fond/amm.htm>. Acesso em: 26.11.2008.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistemas de informação: um enfoque gerencial**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 24.11.2008.

_____. **Lei nº 8.159**, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.CONARQ.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/startigohtm?inoid=100&sid=52>. Acesso em: 13.05.2008.

_____. **Lei nº 9.507**, de 12 de novembro de 1997. Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9507.htm>. Acesso em: 21.04.2010.

_____. **Lei nº 11.111**, de 05 de maio de 2005. Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do artigo 5º da Constituição Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11111.htm. Acesso em: 15.04.2010.

_____. **Decreto nº 119-A**, de 7 de janeiro de 1890. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm. Acesso em 27.03.2010.

_____. **Decreto nº 4.073**, de 03 de janeiro de 2002a. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm. Acesso em: 13.05. 2009.

_____. **Decreto nº 4.553**, de 27 de dezembro de 2002b. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.CONARQ.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/startigohtm?from%5Finfo%5Findex=21&infoid=145&sid=54>. Acesso em: 07.12.2009.

_____. **Decreto nº 5.301**, de 9 de dezembro de 2004. Regulamenta o disposto na Medida Provisória nº 228, de 9 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a ressalva prevista na parte final do disposto no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.CONARQ.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/startigohtm?from%5Finfo%5Findex=21&infoid=148&sid=54>. Acesso em: 10 jul. 2009.

_____. Projeto de lei. 2010. In: **Fórum Internacional de Direitos às Informações Públicas**. Disponível: http://www.informacaopublica.org.br/files/PLREG%20ACESSO%20INFORMA%C3%87%C3%83O_L4_mar%C3%A7o2010.pdf, acesso em: 22.04.2010

BELLOTO, Heloísa Liberalli. 4 ed. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BRANDÃO, Sylvana; Luís Carlos L. Marques; Newton D. da A. Cabral (orgs.) **História das religiões no Brasil**. 4 v. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

BUCKLAND, M.k. *Infomation as thing. Journal of the American Society for Information Science* (JASIS), v 45, n. 5, pp. 351-360, 1991.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia** A idade da fábula: histórias de deuses e heróis. Ediouro: Rio de Janeiro, 2002.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Contextualização para o estudo de instituições eclesiais católicas atuantes no Brasil após 1960: um esboço a partir da arquidiocese de Olinda e Recife**. In: BRANDÃO, Sylvana (org.) *História das religiões no Brasil*. 3 v. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. **Os bens culturais dos institutos religiosos**. Roma, 10 de Abril de 1994. Disponível em: http://www.jesus.2000.years.de/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_19940410_religious-families_en.html. Acesso em: 29.03.2010.

COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. **A função pastoral dos arquivos eclesiásticos**. Roma, 2 de fevereiro de 1997. Disponível em: http://www.jesus.2000.years.de/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_19970202_archiviecclesiastici_it.html. Acesso em: 29.03.2010.

COMISSÃO PONTIFÍCIA PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. **Perfil**. [2008?]. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_pro_20051996_sp.html. Acesso em: 29.03.2010.

COSTA, Célia Maria Leite. Acesso à informação nos arquivos brasileiros: retomando a questão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 32, 2003. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/358.pdf>. Acesso em: 11.10.2007.

_____. “Intimidade versus interesse público”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, 1998. 13 p.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Informação, memória e história: a instituição de um sistema de informação na corte do Rio de Janeiro. *R. Eletr. Biblioteconomia Ci. Inf.*, Florianópolis, n. Especial, p. 15-26, 1º semestre, 2006.

DE BRUYNE, Paul *et al.* ***Dynamique de La recherche em sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique***. Paris: PUF, 1974.

DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1987.

DUCHEIN, Michel. O Respeito aos fundos em Arquivística: Princípios teóricos e problemas práticos. **Revista Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, abr. 1982/ago. 1986, p. 14-33.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. A organização dos arquivos e a construção da memória **Saeculum**. n1julh/dez 95.

_____. **Igreja e romanização: a implantação da Diocese da Paraíba (1894-1910)**. Tese de Doutorado em História – FFLCH/USP, São Paulo: 1994.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. Maria Odila. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 146-154, set./dez. 1999. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewPDFInterstitial/289/255>. Acesso em: 05.04.2009.

_____. **Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais**. Rio de Janeiro. 1996. Dissertação de Mestrado em Ciência de Informação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/UFRJ.

FRAGOSO, Ilza da Silva. **Instituições-memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-PB**. (Dissertação) Mestrado em Ciência da Informação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11, n.1 pp .6-19, jan./ abr., 2006.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo e FREIRE, Isa Maria. **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

FUNDAÇÃO HISTÓRICA TAVERA. *Los archivos de América Latina*. Madri: Fundación Mapfre Tavera, 2000.

GALÁN, Lola; MORA, Sérgio. Os papéis do Vaticano. In: **Folha Online**: El País Semanal, 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u700.shtml>. Acesso em 27.03.2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007. 206p.

GÓMEZ, Pedro López *et all*. **El documento de archivo**: um estudio. Coruña: Edición Universidade da Corña, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HERMANN, Jacqueline. **História das religiões e religiosidades**. IN: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

IGREJA CATÓLICA. **Código de Direito Canônico**. Promulgado [pelo] Papa João Paulo II. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa, 1983. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/ESL0020/_INDEX.HTM>. Acesso em: 13 mai. 2009.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: Mesa Redonda Nacional de Arquivos, 1999, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999a. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em: 10.10. 2009.

_____. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, pp. 209-221, maio/ago. 1995.

_____. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana (Org.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 37-45.

_____. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil:** usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1999b. Disponível em:http://www.uff.br/ppgci/ppgci_livros.htm. Acesso em: 09.04.2009.

_____. Diversidade arquivística e políticas de arquivos. **Ponto de acesso**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-59, abr. 2009. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewPDFInterstitial/3312/2422>. Acesso em 09.04.2009.

_____. **Informação governamental:** acesso e sigilo. Política & administração. Rio de Janeiro: FESP, V.3, N.4, p 29-36, nov. 1998.

_____. **Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil:** Niterói: EDUFF, 1995.

JARDIM, José Maria e FONSECA, Maria Odila. As relações entre Arquivística e Ciência da Informação. **Cadernos BAD**, v 2, 1992.

LAKATOS, Eva e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** 5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

LE COADIC, Yves-Fraçois. **A ciência da informação**. 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Briquet/Livros, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LIMA, Marcos Galindo. Tragédia da memória. **Massagarana**, Recife, v.2,n.1,p. 57-62, 2005.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação:** uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MASSON, Sílvia Mendes. A Arquivística sob um prisma de uma Ciência da Informação: uma proposta de SILVA & RIBEIRO. **Arquivística.net** (www.arquivistica.net), Rio de Janeiro, v.2, n.1, pp .85-103, jan./jun. 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6 ed. 4 reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da. (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória:** trajetórias e perspectivas. São Paulo: UNESP; FAPESP, 1999. P.11-29.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (org.). **Métodos para pesquisa em Ciência da Informação**, Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n.2, pp. 27-38, maio/ago., 2006.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: os lugares de memória**. Trad. Patrícia Farias. Traduzido do original francês publicado in: *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, vol 1 (La République), 1984, pp. 18-34.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acesso em 25.04.2009.

PAULO VI, Papa (1963-1978). **Carta Encíclica *Pacem In Terris* do Sumo Pontífice Papa João XXIII a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade**. 1963. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/encyclicals/documents/hf_jxxiii_enc_11041963_pacem_po.html. Acesso em: 05.04.2010.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
PERARO, Maria Adenir. **Notícias sobre fontes eclesiais do Brasil: o arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, Mato Grosso**. Disponível em: www.museu-emigrantes.org Acessado em: 19.03.2010.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Convergências entre Modernidade e Romanização no Catolicismo do Brasil da Primeira República**. In: BRANDÃO, Sylvana; Luís Carlos L. Marques; Newton D. da A. Cabral (orgs.) *História das religiões no Brasil*. 4 v. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

RIBEIRO, Fernanda. **O acesso à informação nos arquivos**. v. 1. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROBREDO, Jaime. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

_____. Organização dos documentos ou organização da informação: uma questão de escolha. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação. v5. n1. Fev. 2004. Art. 05.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem da diplomática arquivística contemporânea**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol (orgs.). **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Publicações Dom Quixote: Lisboa, 2004.

SALGADO, Graça (org.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTIAGO, Francisco Célio da Silva. **Preservação digital do arquivo diocesano de Tianguá – Ceará: protótipo de um sistema de gestão de arquivo**. (CE) 234f.

(Dissertação) Mestrado Integrado Profissional em Computação Aplicada. Universidade Estadual do Ceará e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 7 ed. Lisboa: Edições Afrontamentos, 1995.

SANTOS, Cristian José Oliveira. **Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica.** (DF) 237 f. (Dissertação) Mestrado em Ciência da Informação. Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação. Universidade de Brasília. Brasília, 2005.

SANTOS, Vanderlei Batista (org). **Arquivística: temas contemporâneos.** Distrito Federal: SENAC, 2007.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina.** Rio de Janeiro: Teatral; Faperje, 2010.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.1, n.1, pp .41-62, jan./abr., 1996.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** 6 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, 1998.

SILVA, Armando Malheiro e RIBEIRO, Fernanda. **Das ciências documentais à Ciência da Informação: Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular.** Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Armando Malheiro et al. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação.** 2 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.1v.

SILVA, Armando Malheiro. **Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico.** Porto: Edições Afrontamento, 2007.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel Henrique (orgs.). **Dicionário de conceitos históricos.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves. **Manual de digitalização de acervos: textos, mapas e imagens fixas.** Salvador: EDUFBA, 2005.

SILVA, Jaime Antunes da. **Por uma Política Nacional de Arquivos.** 1999. Disponível em: http://www.CONARQ.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ mesa/por_uma_poltica_nacional_de_arquivos.pdf, acesso em: 10.10.2010.

STROHSCHOEN, Cristina. **Um estudo sobre a utilização da Educação a Distância na Formação em Arquivologia no Brasil**. Monografia de Especialização Gestão em Arquivos Ead UFSM, 2009.

THOMPSON, Edward. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (org.) **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2007.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento**: o exemplo do centro de memória da UNICAMP. Disponível em: <http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/vonsimson.html>.

WEISZFLOG, Walter (org.) **Michaelis Moderno Dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda, 2009. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>.

ANEXO I

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO (Cân. 486 a 490)

Cân. 486 § 1. Devem-se guardar com o máximo cuidado todos os documentos relativos à diocese e às paróquias. § 2. Em cada cúria, seja erigido em lugar seguro o arquivo diocesano, no qual sejam guardados, dispostos em ordem certa e diligentemente fechados, os instrumentos e escritos que se referem às questões diocesanas espirituais e temporais.

§ 3. Faça-se um inventário ou catálogo, com breve resumo de cada escrito, dos documentos contidos no arquivo.

Cân. 487 § 1. É necessário que o arquivo seja fechado, e sua chave só a tenham o Bispo e o chanceler; a ninguém é lícito entrar nele, a não ser com licença do Bispo, ou então do Coordenador da cúria e do chanceler juntos.

§ 2. É direito dos interessados receber, por si ou por procurador, cópia autêntica manuscrita ou fotostática dos documentos que, por sua natureza, são públicos e se referem ao seu próprio estado pessoal.

Cân. 488 Do arquivo não é lícito retirar documentos, a não ser por breve tempo somente e com o consentimento do Bispo ou do Moderador da cúria e do chanceler juntos.

Cân. 489 § 1. Haja também na cúria diocesana um arquivo secreto, ou, pelo menos, haja no arquivo comum um armário ou cofre, inteiramente fechado à chave, que não possa ser removido do lugar; nele sejam guardados com a máxima cautela os documentos que devem ser conservados em segredo.

§ 2. Cada ano sejam destruídos os documentos das causas criminais em matéria de costumes, cujos réus tenham falecido, ou que já tenham sido concluídas há dez anos, com sentença condenatória, conservando-se breve resumo do fato como texto da sentença definitiva.

Cân. 490 § 1. Somente o Bispo tenha a chave do arquivo secreto.

§ 2. Estando vacante a sé, o arquivo ou armário secreto não seja aberto, a não ser pelo próprio Administrador diocesano em caso de verdadeira necessidade.

§ 3. Não se retirem documentos do arquivo ou armário secreto.

ANEXO II



Casa Civil da Presidência da República
 Arquivo Nacional / Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ
 Praça da República, 173 - CEP. 20211-350 - Rio de Janeiro - RJ - Tel: (21) 2179-1271 / 1293
[E-mail: conarq@arquivonacional.gov.br](mailto:conarq@arquivonacional.gov.br)

Formulário Cadastro de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos CODEARQ

MÓDULO I - IDENTIFICAÇÃO:

1. Denominação:

Nome da Instituição:

Sigla:

Outra forma do nome:

Subordinação/vinculação administrativa:

Data de Criação/Ato que o criou:

Nome e formação do responsável pela Instituição:

Natureza:

2. Pessoa Jurídica de direito público:

- Federal Estadual Municipal
 Executivo Legislativo Judiciário
 Empresa pública Fundação pública Sociedade de economia mista
 Autarquia Universidade

3. Pessoa Jurídica de direito privado:

- Fundação Associação Sociedade Universidade
 Instituição Eclesiástica/Cartorial Outro (s)

4. Pessoa física:

- Titular Proprietário Custodiador

5. Endereço:

Logradouro:

Número: Complemento:

Bairro/Distrito: CEP:

Município: Estado: Caixa Postal:

Tel.1: Tel. 2: Fax:

e-mail:

Site:

6. Objetivo Institucional e principais atribuições:

MÓDULO II - ATIVIDADES DE ARQUIVO:

7. A Instituição possui sistemas ou rede de arquivo?

Sim Não

8. O arquivo da Instituição é o órgão central do sistema ou da rede de arquivos?

Sim Não

9. O Arquivo da Instituição desenvolve uma gestão sistêmica de documentos que integre as fases corrente, intermediária e permanente?

Sim Não

10. Existe comissão de avaliação de documentos?

Sim Não

11. A Instituição possui código de classificação ou tabela de temporalidade documentos?

Sim Não Observação:

12. Elimina documentos?

Sim Não

13. Assinale as formas de controle da eliminação:

- Edital de Ciência de eliminação de documentos
 Listagem ou lista de eliminação de documentos
 Termo de eliminação de documentos
 Outro

14. A Instituição possui programa de recolhimento de documentos ao arquivo permanente?

Sim Não

MÓDULO III - ACERVO:

15. Caracterização do acervo: dados gerais.

16. Datas-Limite do acervo:

17. Mensuração:

18. Os Fundos/Coleções possibilitam principalmente estudos dos períodos:

- Colonial Imperial/Monárquico
 Republicano (pré 1930) Republicano (pós 1930)

Temas Preponderantes:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Arquitetura / Engenharia / Urbanismo / Cartografia | <input type="checkbox"/> Artes plásticas / Teatro |
| <input type="checkbox"/> Habitação e planejamento, Colonização e reforma agrária | <input type="checkbox"/> Cinema / Música / Literatura |
| <input type="checkbox"/> Administração / Fazenda e Finanças | <input type="checkbox"/> Imigração / Sindicalismo / |
| <input type="checkbox"/> Agropecuária | <input type="checkbox"/> História do Brasil |
| <input type="checkbox"/> Trabalho / Assistência / Previdência | <input type="checkbox"/> Ciência e Tecnologia |
| <input type="checkbox"/> Política externa / Política nacional | <input type="checkbox"/> Meio ambiente e recursos naturais |
| <input type="checkbox"/> Indústria / Comércio | <input type="checkbox"/> Saúde e saneamento |
| <input type="checkbox"/> Educação, Cultura, Cidadania e Justiça | <input type="checkbox"/> Energia |
| <input type="checkbox"/> Defesa e Segurança | <input type="checkbox"/> Transportes |
| <input type="checkbox"/> Legislativa / Judiciária | <input type="checkbox"/> Outro (s). |
| <input type="checkbox"/> Comunicações | <input type="text"/> |
| <input type="checkbox"/> Religião / Antropologia / Etnologia | |

19. Gênero Documental:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Documentos textuais | <input type="checkbox"/> Documentos iconográficos |
| <input type="checkbox"/> Documentos bibliográficos | <input type="checkbox"/> Documentos cartográficos |
| <input type="checkbox"/> Documentos eletrônicos | <input type="checkbox"/> Documentos filmográficos |
| <input type="checkbox"/> Documentos sonoros | |

20. Estágios de tratamento:

- Identificado % Sem identificação %
 Organizado parcialmente % Organizado totalmente %

21. Os procedimentos técnicos praticados na organização e descrição do acervo acham-se normalizados?

- Sim Parcialmente Totalmente Não

22. Em caso afirmativo, a ISAD-G e/ou a NOBRADE são utilizadas?

- Sim Não

23. Qual a porcentagem do acervo descrito de acordo com a NOBRADE? %

Recuperação da Informação:

24. Há instrumento (s) de pesquisa do fundo/coleção?

- Sim Não

Em caso afirmativo, favor selecionar seu tipo:

- Guia Inventário sumário Inventário analítico Catálogo Repertório
 Índice Outros

MÓDULO IV - INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS:**25. Instalações:****Prédio**

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Próprio - construído para arquivo | <input type="checkbox"/> Imóvel tombado |
| <input type="checkbox"/> Próprio - adaptado para arquivo | <input type="checkbox"/> Prédios anexos |
| <input type="checkbox"/> Alugado/cedido - adaptado para arquivo | <input type="checkbox"/> Depósitos fora do prédio sede |
| | <input type="checkbox"/> Depósito para arquivo intermediário |

Ano de Construção do prédio: Qual a área total construída? m²Qual a área total destinada à armazenagem do acervo? m²Qual a área total ocupada pelo acervo? m²Qual a área destinada ao processamento técnico do acervo? m²

O imóvel possui condições de acesso para deficientes?

 Sim Não**26. Quanto às condições ambientais da área de guarda do acervo, assinale:**

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Controle de temperatura e umidade | <input type="checkbox"/> Filtragem de Poluentes |
| <input type="checkbox"/> Controle de luminosidade | |
| <input type="checkbox"/> Programa de prevenção e combate contra insetos, roedores e microorganismos | |

Sistema de armazenamento e acondicionamento:**27. Documentos armazenados em mobiliário?** Sim Não Em caso afirmativo, assinale: Aço Deslizante Madeira Alvenaria**28. Documentos acondicionados?** Sim Não Parcialmente

Em caso afirmativo, especifique:

 Polionda Papelão Metal Outros**Segurança:****29. Existe prevenção contra incêndio?** Sim Não Em caso afirmativo, assinale:

- | |
|--|
| <input type="checkbox"/> Extintores automáticos (tipo Sprinkler) |
| <input type="checkbox"/> Extintores manuais |
| <input type="checkbox"/> Detectores de fumaça |
| <input type="checkbox"/> Mangueiras |
| <input type="checkbox"/> Brigada de incêndio |

30. Laboratórios:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Microfilmagem | <input type="checkbox"/> Digitalização |
| <input type="checkbox"/> Conservação/Restauração/Encadernação | |
| <input type="checkbox"/> Fotografia | |
| <input type="checkbox"/> Audiovisual (Som, filmes e vídeos) | |

Microfilmagem:

31. O órgão microfilma documentos?

 Sim Não

32. A microfilmagem está prevista na tabela de temporalidade?

 Sim Não

33. Localização de arquivo de segurança de microformas:

 Na instituição Em outro local**Recursos de Informática:**

34. Quantos microcomputadores a instituição possui?

35. Possui sistemas informatizados para processamento técnico arquivístico do acervo?

 Sim Não

36. Possui sistemas informatizados de recuperação de informações para o usuário?

 Sim Não

37. Sistemas disponíveis em rede:

 Intranet Internet Extranet

38. O desenvolvimento/gerenciamento dos sistemas informatizados é feito:

 Pelo próprio órgão Por terceiros**Digitalização de documentos:**

39. Há digitalização de documentos?

 Sim Não**Atendimento ao usuário:**

40. Presta informações:

 Presencial Telefone / fax E-mail Correspondência

41. Dias da semana e horário de atendimento ao usuário:

42. Condições gerais de acesso ao acervo documental:

 Consulta aberta ao público Consulta restrita Sem consulta

Em caso de consulta restrita, especifique:

 Documentos classificados como sigilosos
 Estado de conservação
 Por não estar organizado Em fase de organização
 Necessidade de autorização
 Necessidade de prévio aviso

43. Permite reprodução de documentos ?

Sim Não Com restrições

44. Existe tabela de preços para serviços arquivísticos?

Sim Não

45. Tipos de reprodução:

Eletrostática (xerox) Micrográfica Fotográfica Digital
 Transcrição Videográfica/audiográfica

46. Mobiliário e equipamentos disponíveis ao usuário:

Mesas/cadeiras Leitores de microformas
 Aparelho de vídeo / Aparelhos de som Terminais de computador

47. Recursos Humanos:

Qual o número total de funcionários/servidores lotados no arquivo?
 Quantos servidores pertencem ao quadro permanente?
 Quantos servidores são cedidos?
 Quantos servidores são contratados?
 Quantos servidores só possuem cargo em comissão?
 Quantos funcionários são terceirizados na atividade-fim?

48. Escolaridade:

Nível superior	Formação Profissional		Quantitativo
	Arquivista		
Bibliotecário			
Profissional de História			
Especialista em Conservação			
Outros:			
Especialização / Pós-graduação	Especialização		
	Mestrado		
	Doutorado		
Nível Médio	Formação Profissional		Quantitativo
	Técnico de Arquivo		
	Auxiliar administrativo, Técnico de informática		
	Técnico em Conservação		
	Outros:		
Nível Fundamental	Formação Profissional		Quantitativo

49. Promove a participação de seu corpo técnico em cursos, treinamentos e seminários específicos para o desenvolvimento das atividades de arquivo?

Sim Não

50. Utilize este espaço para observações ou para complementação de resposta a qualquer uma das questões anteriores:

MÓDULO V - RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Nome completo:

Cargo ou função: e-mail:

Data do preenchimento: Telefone:

ANEXO III

**ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA**

Praça Dom Adauto, s/n – Centro
58010.670 - João Pessoa – Paraíba – Brasil
Fone: (0**83) 3241-3048 – Fax: (0**83) 3222-1629

NORMAS PARA CONSULTAS DE DOCUMENTOS

Prezados (as) Senhores (as),

Para que possamos garantir a conservação e a segurança dos documentos, o Arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba, adotou os seguintes procedimentos para consulta:

- É proibido umedecer dedos com saliva ou água para virar páginas de documentos;
- É proibido tirar xerox dos documentos;
- É proibido sobrepor dedos e mãos sobre textos, livros, fotografias, plantas arquitetônicas;
- É proibido escrever em papéis sobre páginas de livros, sobrepor livros ou apoiar cotovelos e mãos;
- Para marcar as páginas, utilize os marcadores dispostos sobre a mesa;
- É proibido escrever, realizar marcas, dobrar páginas ou fazer orelhas nos documentos;
- Trazer um par de luvas.

O Arquivo Eclesiástico da Paraíba possui documentos que datam de mais de 150 anos. É nosso dever conservá-los para que sobrevivam por longos anos. Utilize-os e manuseie suas páginas com **cuidado e respeito**.

Horário de atendimento: Segunda à Sexta – Feira, das 13h30min às 17h30min.

Fone: 0xx83 - 3241-3048 ramal 13.

E-mail: arquivo@arquidiocesepb.org.br

Site: www.arquidiocesepb.org.br

Obrigado.

Ricardo Grisi Velôso
Arquivista - Notário

ANEXO IV

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL

P R O J E T O

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DA PARAÍBA

JOÃO PESSOA

1 9 8 9

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

PROJETO: Organização do Arquivo da Cúria Metropolitana da Paraíba

Prof. Orientador: Rosa Maria Godoy Silveira

Mod. da Bolsa: Iniciação Científica

Período: março/91 a fevereiro/92

PLANO DE TRABALHO

1. Atividades na seção de ordenação documental
 - 1.1 - duração: 06 meses
 - 1.2 - desenvolvimento das atividades
 - classificação
 - ordenação
 - fichamento analítico
2. Atividades da seção de audiovisual
 - 2.1 - duração: 03 meses
 - 2.2 - desenvolvimento das atividades:
 - catalogação dos microfimes da documentação paroquial de to dos os setores da Arquidiocese
 - elaboração dos roteiros para as entrevistas
 - realização das entrevistas com os representantes dos diver- sos setores da Arquidiocese
 - transcrição das entrevistas gravadas
3. Participação na elaboração dos instrumentos de pesquisa
 - 3.1 - duração: 02 meses
 - 3.2 - desenvolvimento das atividades:
 - guia do arquivo
 - catálogos por seção
 - catálogos temáticos
 - índice onomástico
4. Atividades de Orientação:
 - 4.1. duração: março/91 a fevereiro/92
 - 4.2. desenvolvimento das atividades:
 - reuniões de avaliação
 - leituras e discussões de textos

- planejamento das atividades.

5. Elaboração de relatórios individuais

5.1 - duração: 01 mês

5.2 - conteúdo:

- atividades desenvolvidas
- auto avaliação

Prof. Maria